



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO – CCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA – PPGL

RAMIRO ZINDER DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE O CONTEXTO:
APROXIMAÇÕES ENTRE PSICANÁLISE E SEMÂNTICA**

Florianópolis, 2007



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO – CCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA – PPGL

RAMIRO ZINDER DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE O CONTEXTO:
APROXIMAÇÕES ENTRE PSICANÁLISE E SEMÂNTICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de mestre pelo
Programa de Pós-graduação em Lingüística da
Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC)

Acadêmico: Ramiro Zinder da Silva

Orientador: Dr. Fábio Lopes da Silva

Florianópolis, 2007

RAMIRO ZINDER DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE O CONTEXTO:
APROXIMAÇÕES ENTRE PSICANÁLISE E SEMÂNTICA**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do grau de Mestre em Lingüística e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 26 de setembro de 2007.

Prof. Fábio Lopes da Silva, Dr.

Coordenador da PPGL

Apresentada à Banca Examinadora composta pelos professores:

Prof. Fábio Lopes da Silva, Dr.

Orientador

Prof. Heronides M. de Melo Moura, Dr.

Membro

Profª. Maria do Rosário Stotz, Dra.

Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu pai, José Zinder, pelo estímulo constante à leitura e aos estudos que sempre me foi proporcionado.

Agradeço à minha esposa, Deborah, pelos debates constantes, pela troca de idéias, pelos momentos de lazer, pelo carinho e por proporcionar a mim uma vida com amor.

Agradeço ao Prof. Heronides por ter me aceitado como seu orientando no ingresso ao Programa de Mestrado, pela sua orientação prestativa e pela compreensão durante a alteração de meu tema.

Agradeço muito ao Prof. Fábio por ter me aceitado como seu orientando, pelas associações livres, pelo bate-papo em sua sala, pelas aulas ministradas com paixão e por me ensinar a ler um livro “como os cegos, com os dedos, sentindo as asperezas do texto”.

Agradeço aos colegas que conheci no mestrado, Eric, Morgana e Marco Aurélio, pelos cafés, pelos papos e por tornar minhas manhãs e tardes na UFSC mais agradáveis.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro durante o último ano de conclusão do mestrado.

*Uma palavra não é uma palavra a não ser na
medida exata em que alguém acredita nela.*

Jacques Lacan

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar possíveis aproximações teóricas entre o método psicanalítico e a semântica cognitiva sobre a noção de contexto estabelecida a partir da pragmática de Sperber e Wilson, na Teoria de Relevância. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura sobre a psicanálise, a semântica e a Teoria de Relevância a fim de sustentar teoricamente o tema. Este estudo sustenta-se pela pesquisa bibliográfica e exploratória, como procedimentos metodológicos adotados. Verificou-se que, nos espaços de articulação identificados, existem pontos de convergência teórica entre as duas áreas do conhecimento, principalmente no que se refere à utilização da noção de contexto como uma ferramenta de auxílio para a interpretação psicanalítica. Porém, identificou-se também pontos de divergência teórica no que tange a relação entre o contexto e o ato psicanalítico. Sugere-se pesquisas que envolvam coleta de dados para fundamentar com maior fidedignidade os resultados deste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Semântica. Contexto.

ABSTRACT

This paper has as objective identify possible theoretical approaches between the psychoanalytical method and the cognitive semantics on the notion of context established from pragmatic of Sperber and Wilson, in the Theory of Relevance. Thus, it was made a literature revision about psychoanalysis, the semantics and the Theory of Relevance with the finality to support theoretically the theme. This study is supported by bibliographical and exploratory research, as methodological procedures. It was verified that in the articulation spaces identified, there are points of theoretical convergence between the two areas of knowledge, mainly about the utilization of the context notion as a tool to auxiliate the psychoanalytical interpretation. However, it was also identified points of theoretical divergence in what it refers about the relation between the context and the psychoanalytical act. Empirical researches to sustent with more reliability the results of this study are suggested.

KEY-WORDS: Psychoanalysis. Semantics. Context.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: intersecção dos contextos do falante e do ouvinte.....	42
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 OBJETIVO GERAL	12
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
 2 REVISÃO DE LITERATURA	 18
2.1. PSICANÁLISE.....	18
2.1.1 BREVES ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS	18
2.1.2 O MÉTODO PSICANALÍTICO	20
2.1.3 REGISTROS LINGÜÍSTICOS EM FREUD E LACAN	25
2.2. SEMÂNTICA: SENTIDO, REFERÊNCIA E INDETERMINAÇÃO	31
2.2.1 SENTIDO E REFERÊNCIA	32
2.2.2 INDETERMINAÇÃO SEMÂNTICA	34
2.3. TEORIA DA RELEVÂNCIA DE SPERBER E WILSON	38
2.4. APROXIMAÇÕES ENTRE PSICANÁLISE E SEMÂNTICA SOBRE A NOÇÃO DE CONTEXTO.....	42
2.4.1 O CONTEXTO E O ATO PSICANALÍTICO	51
 3 CONCLUSÃO.....	 60
REFERÊNCIAS	63

1 INTRODUÇÃO

Em maio de 2006 completaram-se 150 anos do nascimento de Sigmund Freud. Durante este período, inúmeros eventos ocorreram ao longo do país e do mundo, com o propósito de explicitar sua obra e debater o seu método de investigação proposto: a psicanálise.

Até mesmo para os leigos no assunto, foi perceptível a grande oferta de textos em jornais, revistas jornalísticas e científicas, seminários e encontros que foram realizados para debater os trabalhos de Freud sobre o método psicanalítico, o que demonstra que esta prática continua demarcando seu lugar na clínica contemporânea.

Após a morte de Freud, em 1939, uma legião de autores denominados pós-freudianos ocupou-se de promover uma releitura dos trabalhos do pai da psicanálise. Talvez, o principal autor responsável por essa incumbência tenha sido Jacques Lacan (1901-1981), psicanalista que dialogava com os preceitos estruturalistas que permeavam os trabalhos intelectuais na França durante os anos 50.

Lacan, em um determinado momento de sua obra, embasado nos escritos freudianos e no trabalho de Ferdinand de Saussure (1916) – o “Curso de Linguística Geral” –, estabelece que o inconsciente se estrutura como uma linguagem. Essa tese reforça a ideia freudiana de que uma das formas de manifestação do inconsciente ocorre por meio da linguagem. José Borges Neto, lingüista da Universidade Federal do Paraná, afirma na apresentação do livro “Uma semântica para o ato falho” (2001), de Fábio Thá, que o objeto de estudo da psicanálise – o inconsciente – não é diretamente acessível, isto é, não é possível capturar diretamente o conteúdo da mente de um sujeito. Em compensação, utiliza-se a linguagem como uma espécie de ferramenta que permite um caminho para esses conteúdos latentes.

A distinção entre significado e significante, estabelecida por Saussure, foi utilizada como principal referência para que Lacan apresentasse uma teoria do inconsciente na qual, basicamente, as cadeias de significantes seriam responsáveis pela estruturação do sujeito, de modo que elas dariam um sentido particular aos fatos ocorridos na vida de um indivíduo.

O psicanalista francês inaugura, nesse momento, um espaço de interlocução entre a psicanálise e a lingüística, aproximando tais áreas do conhecimento. Essa interdisciplinaridade poderia desenvolver campos de pesquisa inovadores; no entanto, o que se percebe é que esta interlocução fica, muitas vezes, limitada aos aspectos elucidados por Lacan, como uma forma de reprodução daquilo que já foi debatido em seus escritos e seminários.

Percebe-se que os psicanalistas que se propõem a utilizar conceitos lingüísticos recorrem, na maioria das vezes, ao “Curso de Lingüística Geral” para fundamentar suas propostas. São poucas as outras interlocuções que não sejam aquelas pautadas em preceitos da lingüística estrutural saussuriana, ou permeadas pelos conceitos de Jakobson e Trubetskoy, lingüistas pioneiros em suas áreas e que continuam influentes no meio acadêmico.

Ao longo dos anos, reduzido foi o número de autores que se aventuraram a percorrer novos paradigmas nessa discussão. Tendo em conta essas lacunas e com o intuito de contribuir para uma inovação em tal debate, a presente dissertação consiste em um desdobramento contemporâneo da lingüística, por meio do qual procura-se analisar a noção de contexto à luz da psicanálise e da semântica cognitiva, a propósito de identificar aproximações teóricas entre tais áreas do conhecimento.

Outro aspecto capaz de distinguir esta pesquisa é o fato de o contexto ser colocado na posição de objeto central de estudo, uma vez que são raras as obras que trabalham a noção de contexto com destaque. Autores como Van Dijk (2001) e Silva (2005), por exemplo, alertam para a escassez de trabalhos científicos cujo objeto de estudo seja o contexto. Nota-se que o estudo do contexto se faz presente como coadjuvante em algumas vertentes de pesquisas semânticas e pragmáticas; desse modo, o contexto, na maioria das vezes, é utilizado como suporte para o desenvolvimento de outros temas.

Assim, pretende-se contribuir para dois campos de estudos em questão: a psicanálise, no momento em que se pesquisa a importância do contexto para o ato interpretativo; e a semântica, no que tange aspectos da teoria acerca da indeterminação semântica, o contexto e sua interpretação nos atos de fala.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O tema desta pesquisa caracteriza-se pela interdisciplinaridade entre a psicanálise e a lingüística, uma vez que o objetivo do trabalho é o de analisar a noção de contexto para a psicanálise e para a semântica cognitiva, com o intuito de identificar possíveis aproximações teóricas entre os dois saberes.

Utilizar-se-á uma fundamentação teórica baseada nas teorias psicanalíticas acerca do método analítico, bem como, um conjunto de conceitos semânticos acerca do contexto e sua aplicabilidade nos casos de indeterminação semântica.

Para a continuidade do trabalho, estipula-se o seguinte problema de pesquisa: quais as possíveis aproximações teóricas entre a psicanálise e a semântica cognitiva no que se refere à noção de contexto?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a noção de contexto à luz da psicanálise e da semântica cognitiva, a propósito de identificar possíveis aproximações teóricas entre tais áreas do conhecimento.

1.2.2 Objetivos específicos

- Conceituar aspectos básicos sobre o método psicanalítico;
- Descrever conceitos semânticos essenciais para o estudo proposto;
- Dissertar acerca da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson;
- Identificar as funções do contexto para a psicanálise e para a semântica cognitiva;
- Realizar uma discussão sobre as implicações da utilização da noção de contexto para o ato psicanalítico.

1.3 JUSTIFICATIVA

O método para chegar ao objeto de estudo do psicanalista – o inconsciente – incide sobre o discurso do paciente. Tendo isso em vista, optou-se por discorrer sobre o tema deste trabalho no Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O ingresso na área das ciências da linguagem consistiria, para este autor, em uma oportunidade de abarcar conhecimentos que se entrelaçariam com aqueles anteriormente obtidos durante o curso de graduação em Psicologia, o que poderia resultar em uma experiência relevante para o pesquisador e, talvez, para a psicanálise e a lingüística.

Como, de passagem, já se observou, a interlocução entre tais áreas surge em seminários e escritos de Lacan, que se encarregou de realizar o chamado “Retorno a Freud”,

movimento de retomada da teoria psicanalítica, a fim de evitar distorções perpetradas pelos praticantes deste método. Esses erros, na perspectiva de Spence (1992), se caracterizavam por uma falha na interpretação dos trabalhos de Freud, o que, em grande medida, se explicaria pelo fato de suas obras valerm-se constantemente de metáforas e recorrerem a preceitos mitológicos para o desenvolvimento do método.

Lacan entendia o inconsciente como sendo estruturado como linguagem e, na esteira dessa compreensão, aproximava conceitos da lingüística dos princípios clínicos da psicanálise. De acordo com Dor (1992, p.26): “Lacan irá aplicar esta estratégia estruturalista [a noção de sincronia]¹ no terreno da psicanálise. Injetará na articulação da teoria analítica um certo número de princípios tomados de empréstimo à lingüística estrutural”.

Conforme já dito anteriormente, este trabalho é uma tentativa de contribuir para dois campos de estudo: a psicanálise e a lingüística. Não se pretende, neste estudo, abrir uma discussão acerca dos fatores que levam à psicanálise a apresentar resistências no meio acadêmico, porém, é possível afirmar que um dos aspectos de que a psicanálise é alvo de críticas diz respeito ao não-reconhecimento de seu método como uma experiência propriamente científica. Por outro lado, a inclusão dessa práxis em conteúdos dos cursos de Psicologia em várias universidades, assim como nos programas de pós-graduação em teoria psicanalítica reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)², oferecem indícios para legitimar o esforço empreendido nesta dissertação como um terreno talvez frutífero para os estudos acadêmicos.

Outro campo de estudo abordado neste trabalho é a lingüística, que tem em Ferdinand de Saussure um dos seus principais expoentes. O referido lingüista fincou seu nome na história dos estudos sobre a linguagem por meio da obra intitulada “Curso de Lingüística Geral”, originalmente lançada em 1916, três anos após sua morte, devido ao esforço de três discípulos do lingüista: Bally, Sechehaye e Riedlinger em menor medida. Uma das vertentes teóricas da história da lingüística estruturalista, que inclui autores como Ilari (2005), acredita que os três participavam dos cursos ministrados por Saussure de 1907 a 1911, realizaram um apanhado de seus escritos, os reuniram e publicaram.

É inegável a contribuição do referido autor para a Lingüística, visto que sua obra é citada por um sem-número de pesquisadores, e o “Curso” é considerado um marco nos estudos da chamada lingüística moderna. Nesse livro, o lingüista suíço promoveu uma

¹ Inclusão do autor

² Como, por exemplo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

reflexão epistemológica no sentido de estabelecer a precedência dos estudos sincrônicos sobre os diacrônicos. Nessa via, estabeleceu a noção de sistema e a noção de signo, conceitos fundamentais para o desenvolvimento de uma ciência da linguagem, segundo Saussure.

Entretanto, a figura de Saussure foi se desgastando ao longo do tempo. Talvez, um dos motivos para tal desgaste seja o fato de que o referido livro é uma obra póstuma que não foi originalmente escrita por Saussure. Alguns autores acreditam, então, que o trabalho não retrata o real pensamento saussuriano. Por outro lado, Dosse (1993) acredita que o insucesso do suíço nas primeiras décadas de lançamento do “Curso” deve-se à influência germânica pelos estudos de filologia comparativa, que ofuscava a perspectiva estruturalista presente na obra de Saussure.

Mais tarde, com o artigo de Greimas, em 1956: “*L’actualité du saussurisme*”, o movimento estruturalista ganha força no campo da linguagem e, na esteira dessa mudança, Saussure aparece como precursor dos estudos estruturalistas em lingüística (DOSSE, 1993). Nesse mesmo período, na França, Jacques Lacan torna-se responsável pela (re) valorização do lingüista ao introduzir elementos estruturais próprios da teoria saussuriana para subsidiar uma interpretação da obra psicanalítica de Freud.

Essa interlocução continua presente na pauta de discussão dos interessados. O lingüista francês Michel Arrivé, com sua obra “Lingüística e psicanálise” (1994), já representa hoje um clássico na área.

Mais recentemente, em nível nacional, “Linguagem e psicanálise” (2006) de Leila Longo busca estabelecer possíveis fronteiras entre os campos da linguagem e da psicanálise, demonstrando também aspectos de dependência recíproca. Para isso, utiliza como referência, obras de Freud, Lacan, Saussure e Jakobson.

No âmbito regional, o catarinense Maurício Maliska, professor e psicanalista que realizou seu mestrado na Pós-Graduação em Lingüística da UFSC, lançou o livro “Entre lingüística e psicanálise: o Real como causalidade da língua” (2003), onde apresentou uma leitura da obra saussuriana permeada pelo conceito de real da psicanálise.

Esses autores, cada um com seu espaço de interesse e de abrangência, buscam reflexões sobre a interlocução entre psicanálise e lingüística.

Na mesma linha de pensamento, este estudo repete o diálogo entre os dois saberes, porém, sem a tradicional aproximação entre psicanálise e lingüística saussuriana. Não se trata apenas de reproduzir as correlações realizadas por Lacan e seus demais seguidores, mas sim de tentar, na medida do possível, apresentar novas perspectivas que, neste caso, dizem respeito ao debate entre psicanálise e semântica.

Um dos recentes trabalhos que aborda esta questão é “Uma semântica para o ato falho” (2001), de Fábio Thá. Esse autor estabelece uma proposta de interpretação semântica para uma das formações do inconsciente, o ato falho. Para o autor, tal análise é possível, pois, ao propor que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, Lacan abre precedentes para que a estrutura da linguagem possa ser utilizada para o estudo do inconsciente. Em particular, entende-se que a interface entre semântica e psicanálise em relação ao ato falho é possível na medida em que tal fenômeno ocorreria por uma interferência entre duas proposições de mundos diferentes, um mundo esperado e um mundo dos desejos.

Conforme Thá (2001), do ponto de vista lógico, o ato falho apresenta inconsistência, pois alinha duas proposições contraditórias entre si (uma verdadeira e uma falsa). No entanto, tais proposições são originárias de conjuntos de pensamentos diferentes, isto é, cada uma delas é independente e segue seu próprio rumo. Desta forma, quando ocorre o ato falho, as duas proposições são confrontadas, apresentando entre elas uma contradição.

Na revisão de literatura desta dissertação serão apresentados alguns registros lingüísticos presentes nas obras de Freud e Lacan. Esse será o melhor momento para conceituar e exemplificar os aspectos relativos ao ato falho.

Para finalizar esta justificativa, entende-se que o estudo dos fenômenos lingüísticos ocorridos no discurso de um sujeito pode contribuir, por exemplo, para o desenvolvimento da análise do paciente, na medida em que a ferramenta lingüística pode auxiliar na interpretação do discurso apresentado. Além disso, contribui, também, para a interpretação dos discursos em um determinado contexto de ato de fala, objeto de estudo da semântica.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é considerado uma pesquisa do tipo exploratória. Enquadra-se, pois, no âmbito dos trabalhos que, conforme Lakatos e Marconi (1991), têm por objetivo descrever determinado fenômeno. Tal abordagem é adotada especialmente quando o tema escolhido não é muito explorado, proporcionando maiores informações sobre determinado assunto a ser verificado, como é o caso desta dissertação.

Para que esta proposta fosse realizada, foram pesquisadas bibliografias nos referidos assuntos. A pesquisa bibliográfica, segundo Fachin (1993, p.102), “[...] diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras”. Isto é, serão reunidos, nesta

pesquisa, conteúdos relacionados ao contexto, presentes tanto na literatura psicanalítica, quanto na literatura lingüística.

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, Gil (1999, p.65) entende que:

[...] pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos
[...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

A revisão de literatura desta pesquisa foi realizada com base na abordagem semântica e na teoria psicanalítica. Para tanto, foram utilizadas obras de autores clássicos no campo das referidas abordagens, entre os quais, Frege, Ullmann, Freud e Lacan. Além deles, também se recorreu a autores contemporâneos como Van Dijk, Moura, Thá, Spence e Miller, devido ao fato de seus textos abordarem, ao menos em parte, o tema deste trabalho, além de condensarem boa parte do conteúdo necessário para o tema em debate, bem como por ocuparem posição proeminente no meio acadêmico.

Utilizar-se-ão, também, proposições extraídas de obras literárias, jornais, revistas e outros meios de comunicação impressa para exemplificar as noções de contexto. Vale salientar que não se faz necessário delimitar uma amostra, método, nem população, visto que, para a semântica, a proposição, juntamente com o seu contexto são suficientes para servir de base para o estudo acadêmico.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que algumas sentenças e contextos citados neste trabalho foram criados por este autor, com o objetivo exclusivo de caracterizar os fenômenos pragmáticos e semânticos necessários para este estudo.

Em um primeiro momento do trabalho, serão explicitados conceitos fundamentais em psicanálise acerca do método psicanalítico, como uma breve história do movimento psicanalítico, a associação livre, a atenção flutuante e, por fim, os registros lingüísticos encontrados nas obras de Freud e Lacan. Na sequência do trabalho serão considerados os conceitos fundamentais em semântica, a saber: o sentido, a referência e os casos de indeterminação semântica. Em seguida, vai-se caracterizar a Teoria de Relevância de Sperber e Wilson, que assinala a importância do papel do contexto segundo uma perspectiva pragmática.

Após a referida revisão de literatura serão apontadas as possíveis aproximações teóricas entre psicanálise e semântica cognitiva, objetivo principal do trabalho. Neste momento, serão apresentados pontos de convergência teórica entre as duas áreas do

conhecimento citadas no que se refere à noção de contexto estabelecida com base na Teoria da Relevância.

Na seqüência do trabalho, será realizado um estudo sobre as implicações da noção de contexto para o ato psicanalítico, a fim de identificar se o conhecimento da semântica cognitiva pode contribuir para este fenômeno da clínica psicanalítica.

Como se pode perceber, pretende-se apontar, ao final do referencial teórico, espaços de articulação entre a psicanálise e a semântica cognitiva com base na Teoria da Relevância de Sperber e Wilson. Acredita-se que com isso será possível identificar pontos de convergência entre tais áreas do conhecimento, bem como, momentos de divergência teórica. Porém, o objetivo não é o de distanciar as convergências das divergências como uma forma de apontar uma espécie de parte positiva e parte negativa da psicanálise em relação à semântica. Como será visto no decorrer do trabalho, os aspectos divergentes entre as áreas do conhecimento estudadas nesta pesquisa só existem porque em algum momento houve uma construção que passou pela convergência dos saberes. É esse caminho que se pretende iniciar a seguir.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta revisão de literatura serão apresentados aspectos relativos à teoria psicanalítica, à semântica e à teoria de relevância, a fim de subsidiar teoricamente esta dissertação. Com base nos conceitos abordados a seguir é que se poderá alcançar o objetivo deste trabalho.

2.1 PSICANÁLISE

2.1.1 Breves aspectos epistemológicos

Na França, ao final do século XIX, ainda por influência da dicotomia entre mente e corpo estabelecida por René Descartes, os pesquisadores da área médica debruçavam-se sobre uma questão: a etiologia da histeria era psíquica ou orgânica?

Na época, tal desordem chamava a atenção dos médicos, uma vez que se tratava de algo cuja causa não era conhecida, mas cujos sintomas envolviam paralisias, cegueiras, entre outras disfunções orgânicas.

É importante salientar que a histeria não era uma novidade, visto que na Idade Média, mulheres foram queimadas pelo fato de estarem possuídas por algum espírito maligno, quando, na realidade, tratava-se de ataques histéricos. A diferença é que, no século XIX, procurava-se uma explicação médica para o distúrbio, ao invés de ser atribuído a questões divinas. Conforme cita Freud (1886-1889 [1996], p. 43):

Durante as últimas décadas, é quase certo que uma mulher histérica seria tratada como simuladora, do mesmo modo que, em séculos anteriores, certamente seria julgada e condenada como feiticeira ou possuída pelo demônio.

Enquanto essas discussões tomavam conta da comunidade médica, Sigmund Freud era apenas um jovem médico austríaco, professor da Faculdade de Medicina de Viena, que desempenhava estudos na área da anatomia e neurologia. Ao final do ano de 1885; com o intuito de trabalhar com Jean Martin Charcot, chefe do *Hospice de la Salpêtrière*, hospital parisiense que abrigava sujeitos com algum tipo de desordem mental, entre elas, mulheres com doenças consideradas incuráveis; Freud é agraciado com uma bolsa de estudos para a França (SCHULTZ e SCHULTZ, 1998).

Charcot já havia alcançado renome no tratamento da histeria por meio da utilização da hipnose como técnica de cura. Freud, ainda iniciante na pesquisa, vê, na figura do médico francês, uma espécie de mentor intelectual e, assim sendo, começa a se interessar pelo estudo das neuroses.

Para o psiquiatra francês, a histeria era decorrente de um trauma na vida do paciente. Tal fenômeno desenvolveria um estado hipnótico permanente no sujeito que acarretaria sintomas físicos como a cegueira e a paralisia. O objetivo de Charcot, com a hipnose, era de induzir um outro estado hipnótico – dessa vez temporário – onde a narrativa do paciente sobre a sua história de vida permitisse ao médico localizar a origem do trauma.

De acordo com Garcia-Roza (1988), a função da hipnose era a de remeter o paciente ao seu passado de modo que ele pudesse encontrar o fato traumático. Assim sendo, o indivíduo produziria uma ab-reação, isto é, uma liberação de carga emocional que produziria uma catarse. Este fenômeno seria responsável pela extinção do trauma e, conseqüentemente, do sintoma.

Charcot, ao utilizar a hipnose, percebe que o discurso apresentado pelas pacientes no relato do trauma apresentava sistematicamente conteúdos sexuais. Esse fato foi ignorado pelo médico francês; porém, mais tarde, tornou-se o centro dos estudos freudianos sobre a histeria (GARCIA-ROZA, 1988).

Com término da bolsa, Freud retorna à Viena e, encantado com as possibilidades de cura do método proposto por Charcot, inicia seus estudos sobre hipnose e sugestão. Neste período, com o apoio intelectual de seus colegas médicos, Wilhelm Fliess e Joseph Breuer, o professor vienense aprimora o método da sugestão hipnótica. Diz Freud (1925, p.213): “Abandonei o hipnotismo e procurei substituí-lo por algum outro método, porque estava ansioso por não ficar restringido ao tratamento de condições histeriformes”. A verdade é que Freud percebe a fragilidade da hipnose quando se remete às lembranças dos pacientes, isto é, ele percebe que o tratamento hipnótico gera resultados a curto prazo, pois as lembranças terapêuticas não ficavam registradas na memória de longo prazo, devido ao fato do paciente ficar em estado alterado de consciência quando hipnotizado.

Com isso, o médico vienense abandona a hipnose e utiliza o método da sugestão para tratamento das neuroses. Esta técnica consistia em induzir os pacientes, por meio de perguntas investigativas, a lembrar da cena traumática, ou seja, retroceder na sua história de vida para identificar o trauma. Entretanto, Freud percebe que os sujeitos apresentavam dificuldade de resgatar a lembrança. Ao analisar essa dificuldade, o médico vienense desenvolve os conceitos de repressão (recalque) e defesa. Para Freud, os pacientes não conseguiam se

lembrar do fato traumático porque estas lembranças eram carregadas de angústia; então, em um movimento de defesa do aparelho psíquico, tais recordações era reprimidas no inconsciente (GARCIA-ROZA, 1988).

Somente quando Freud estabelece a regra fundamental da psicanálise – a associação livre por parte do paciente – é que o método de investigação psicanalítico começa a se mostrar mais eficaz na análise do inconsciente.

De acordo com Longo (2006), Bertha Von Pappenheim, paciente de Joseph Breuer, certa vez observou a seu médico que gostaria apenas de falar e que não fosse interrompida por perguntas direcionadas do analista. Ela denominou esta técnica como *talking cure* (cura pela fala), com o que já indicava o acesso ao inconsciente por meio da linguagem.

Mais tarde, Freud rebatizou o método de associação livre, a regra fundamental da psicanálise, que constitui na livre fala do paciente, isto é, este deve falar aquilo que vier à cabeça, independentemente do quão estranho ou perturbador possa ser para ele. Por meio desta técnica, o paciente consegue estabelecer conexões internas e trazer de forma mais eficaz o seu inconsciente, visto que, verbalizando a primeira coisa que vem à mente, é possível deixar ao sujeito os recalques de lado e liberar os conteúdos inconscientes.

Ao analisar esses pressupostos epistemológicos, percebe-se que Freud não foi o único responsável pelo surgimento da psicanálise. Ele contou com a colaboração de diversos médicos pesquisadores que trabalhavam na direção para a cura da histeria. O próprio Freud, em diversas passagens de suas obras, aponta Breuer como o principal responsável pela criação do método psicanalítico.

2.1.2 O método psicanalítico

O marco de nascimento da psicanálise é atribuído à obra “A Interpretação dos Sonhos” (*Die Traumdeutung*), finalizada em 1899 e lançada com a data de 1900 na edição. A partir daquele momento, Freud estabelece que os sonhos são uma manifestação dos conteúdos reprimidos e inconscientes de um sujeito. Assim, o autor dá início a um método de investigação que busca alcançar o inconsciente e torná-lo consciente.

O conceito de psicanálise é delimitado por Freud ([1925-1926] 1996, p.253):

PSICANÁLISE é o nome de (1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica.

Anos mais tarde, Jacques Lacan, psicanalista francês pós-freudiano, opta por designar a psicanálise como uma práxis, apoiado na filosofia platônica e aristotélica, conceituando-a como uma prática inerente ao auto-conhecimento dos sujeitos. Uma atividade indispensável à condição humana de existência delineada pela ética do inconsciente e pela busca de uma verdade entre o sujeito e o seu desejo (GIANESI, 2004).

Conforme Freud ([1901-1905] 1996, p.78):

Quando me propus a tarefa de trazer à luz o que os seres humanos guardam escondido, não mediante a compulsão da hipnose, mas a partir do que eles dizem e mostram, julguei que tal tarefa fosse mais difícil do que realmente é. Quem tem olhos para ver e ouvidos para ouvir fica convencido de que os mortais não conseguem guardar nenhum segredo. Aqueles cujos lábios calam denunciam-se com as pontas dos dedos; a denúncia lhes sai por todos os poros. Por isso, a tarefa de tornar consciente o que há de mais secreto no anímico é perfeitamente exequível.

Segundo Freud ([1925-1926] 1996), o tratamento é iniciado pedindo-se ao paciente que se coloque na posição de um auto-observador, a fim de comunicar aquilo que lhe vem à cabeça, sem que se censure nenhuma idéia, mesmo que ela seja desagradável, absurda, sem importância ou irrelevante para o que está sendo buscado. Deste modo, entende-se que justamente as idéias que provocam as reações são as que têm valor específico para a descoberta do conteúdo esquecido.

Em contrapartida, o analista deve se colocar em atenção uniformemente suspensa ou atenção flutuante. De acordo com Freud ([1911-1913] 1996, p.125), essa técnica “consiste simplesmente em não dirigir o reparo para algo específico e em manter a mesma ‘atenção uniformemente suspensa’ em face de tudo o que se escuta”. Esse princípio fundamental justifica-se pelo fato de que, ao concentrar a atenção em um determinado trecho da fala, o analista está selecionando o discurso e, fazendo isso, está se deixando um outro fragmento da fala do paciente de fora do raio de sua atenção. Essa seleção não deve ser realizada, deve-se fazer uso da atenção flutuante, ou seja, simplesmente escutar, sem se preocupar se está lembrando de todos os conteúdos que o paciente verbalizou.

Outro aspecto fundamental para o manejo da técnica psicanalítica é a transferência que, segundo Laplanche e Pontalis (2001, p.514) é “[...] o processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles e, eminentemente, no quadro da relação analítica”. Isto ocorre quando o paciente transfere seus desejos para um outro objeto, que não é o original. Nesse sentido, no contexto da análise, a transferência pode ser compreendida como um investimento libidinal parcialmente insatisfeito, dirigido ao analista e incluído em uma das séries psíquicas que o sujeito já formou no decorrer de sua vida. A transferência de sentimentos paternos para a figura do analista é um exemplo desse tipo de fenômeno: uma catexia que emerge no complexo de Édipo e é deslocada para outro objeto – o analista.

Conforme Freud ([1911-1913] 1996), a transferência pode ser classificada como positiva ou negativa. A primeira é a transferência de afetos, subdividida em transferência de sentimentos ternos admitidos pela consciência e em transferência de conteúdos sexuais recalçados. A segunda é a transferência de conteúdos hostis, próprios de uma relação de resistência psíquica. Vale ressaltar que as transferências positivas e negativas, podem ocorrer simultaneamente.

Freud ([1893-1895] 1996), ao relatar um atendimento clínico, entende que sua paciente a princípio se mostrava interessada em seu analista, quando na verdade não estava. Ela transferiu seu amor para o analista, um amor que, originalmente, era atribuído a outra pessoa e que, de alguma forma, era conflitante para a paciente. De acordo com o autor:

O desejo assim presente foi então, graças à compulsão a associar que era dominante na consciência da paciente, ligado a minha pessoa, na qual a paciente estava legitimamente interessada; e como resultado dessa *mésalliance* — que descrevo como uma “falsa ligação” — provocou-se o mesmo afeto que forçara a paciente, muito tempo antes, a repudiar esse desejo proibido. (p.281).

Para Lacan (1979, p.120), a transferência “[...] estrutura todas as relações particulares a esse outro que é o analista [...]”. Entretanto, é importante ressaltar que tal mecanismo pode aparecer como uma forma de resistência (no caso da transferência negativa) para o acesso aos conteúdos inconscientes, como uma barreira de acesso aos conteúdos latentes.

Para o manejo da transferência, Freud, no decorrer de seus estudos, aponta para a importância da neutralidade, por parte do analista, durante o tratamento. Diz o autor: “Em

minha opinião, portanto, não devemos abandonar a neutralidade para com a paciente, que adquirimos por manter controlada a contratransferência” (FREUD [1911-1913] 1996, p.182).

Ainda no mesmo parágrafo do texto, Freud afirma: “Já deixei claro que a técnica analítica exige do médico que ele negue à paciente que anseia por amor a satisfação que ela exige. O tratamento deve ser levado a cabo na abstinência”.

Sobre esta regra de abstinência, Laplanche e Pontalis (2001, p.3) afirmam que:

[...] o tratamento deve ser conduzido de tal modo que o paciente encontre o menos possível de satisfações substitutivas para os seus sintomas. Implica para o analista o preceito de se recusar a satisfazer os pedidos do paciente e a preencher efetivamente os papéis que este tende a lhe impor.

Portanto, é com base nesses pressupostos fundamentais da psicanálise que ocorre a interpretação de conteúdos inconscientes durante a prática analítica. Afinal, conforme Freud ([1925-1926] 1996, p. 46), “[...] o trabalho de análise implica uma arte de interpretação, cujo manuseio bem-sucedido pode exigir tato e prática, mas que não é difícil de adquirir”.

A técnica da interpretação, em psicanálise, é muito associada ao fenômeno dos sonhos, em virtude da obra freudiana que é considerada o marco da psicanálise no mundo: A interpretação dos sonhos.

Logo no início dessa obra, Freud revela: “Nas páginas que seguem, apresentarei provas de que existe uma técnica psicológica que torna possível interpretar os sonhos, e que, quando esse procedimento é empregado, todo sonho se revela como uma estrutura psíquica que tem um sentido [...]” (FREUD [1900-1901] p.39).

Freud propôs um método em que fosse possível, por meio do relato do paciente, direcioná-lo no sentido de buscar uma interpretação para os seus sonhos. Pois, como será visto, na maioria das vezes os fenômenos oníricos se apresentam através de simbolismos e, portanto, impõem dificuldade a sua interpretação.

Freud ([1925-1926] 1996) entende que o analista deve escutar de forma serena o paciente e fazer uso, quando necessário, dos conteúdos já relatados anteriormente para interpretar um fenômeno. Em uma das possibilidades, o analista detém conhecimentos necessários para inferir o próprio material inconsciente. Em outra possibilidade, o analista deverá conduzir as associações do paciente até o nível em que ele possa interpretar suas manifestações.

De fato, a interpretação psicanalítica, na maioria das vezes, é realizada pelo próprio paciente, como efeito da postura do analista, que age como um facilitador na busca de respostas do paciente para as suas manifestações inconscientes.

Pode-se dizer que a função do analista na prática clínica é a de escutar. Mas, além disso, o dever do analista é o de se colocar na posição semblante do objeto *a*, isto é, fazer com que o paciente se ouça, ser uma via de acesso ao inconsciente do analisante.

Antes de Lacan conceituar o objeto *a*, Freud ([1925-1926] 1996) já direcionava esta interpretação ao afirmar que o psicanalista deve evitar a reflexão e as expectativas conscientes, pois no momento em que ele deixa livre seu próprio inconsciente, é possível captar o inconsciente do analisante. Além disso, no texto “Luto e melancolia”, o pai da psicanálise faz uso do termo “objeto” para se referir à pessoa que foi perdida:

Em que consiste, portanto, o trabalho que o luto realiza? Não me parece forçado apresentá-lo da forma que se segue. O teste da realidade revelou que o objeto amado não existe mais, passando a exigir que toda a libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto (FREUD [1914-1916] 1996, p.250).

Apoiado nos escritos freudianos, Lacan utiliza o termo objeto *a* para referir-se à causa que move o inconsciente, um fluxo do gozo que, nessa condição, faz trabalhar o inconsciente a fim de que o sujeito advenha (NASIO, 1993). Em outras palavras, este objeto, ou melhor, esta letra – *a* – representa o outro (*autre*) perdido, aquela falta que se busca e direciona o desejo.

Assim sendo, quando o analista se coloca na posição de semblante do objeto *a*, ele se põe no lugar de objeto causa do desejo, uma via de acesso para o inconsciente do analisante. Trata-se, portanto, de se colocar à disposição do inconsciente do outro para que o sujeito possa emergir.

Um ponto que é alvo de críticas à psicanálise é o fato de seu método ser estabelecido na prática clínica, sem qualquer tipo de pesquisa empírica. Para Freud ([1925-1926] 1996, p.256), “A psicanálise está firmemente alicerçada na observação dos fatos da vida mental e por essa mesma razão sua superestrutura teórica ainda está incompleta e sujeita a constante alteração”. Na época, Freud lamentava o fato de não dispor de recursos suficientes para o estabelecimento de uma psicanálise propriamente científica e prognosticava que, com o avanço da ciência, muitas teorias poderiam surgir com bases mais fortes em experimentos biológicos observáveis.

Essa passagem é nitidamente percebida nos primeiros textos de Freud, escritos ao final do século XIX, como, por exemplo, “Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas” (1893), “Tentativa de representar os processos psicológicos normais” (1896) e o clássico “Projeto para uma psicologia científica” de 1895. Tais obras, assinadas pelo médico vienense, representam uma tentativa de encontrar no corpo – entenda-se o organismo vivo e suas funções – causas para os transtornos mentais comuns na época, como a histeria. Todavia, em virtude da escassez de aparatos para investigação, Freud não consegue estruturar um modelo teórico-prático consistente para essa questão. Influenciado por Charcot, começa a trabalhar com a hipnose e tão logo abandona a idéia de um projeto científico.

A atitude de Freud representou um marco no estabelecimento da psicanálise como um conhecimento que foi de encontro à perspectiva da época, liderada por pesquisadores como William James, Thorndike, Pavlov e Watson que priorizavam seus estudos em uma vertente comportamental e empírica, com o intuito de libertar o conhecimento psicológico de outras áreas como a Filosofia e a Biologia, promovendo a independência da Psicologia enquanto ciência (SCHULTZ e SCHULTZ, 1998).

As conseqüências da renúncia de Freud ao saber médico são perceptíveis ao longo dos anos, tanto que, em outubro de 1979, Jacques-Alain Miller visita a Venezuela e realiza uma conferência intitulada de “Elementos de epistemologia”, onde aborda a diferença entre o conhecimento e a ciência, enquadrando a psicanálise na primeira, com base nos escritos e seminários de Lacan. Para Miller (1987), o conhecimento representa uma espécie de união entre o sujeito e o objeto enquanto que, na ciência, o objeto é construído pelo sujeito e, portanto, supõe a extinção da significação.

Visto que a psicanálise é entendida como um conhecimento e que este é alcançado por meio do discurso dos analisandos, pretende-se, agora, continuar o debate sobre o método psicanalítico tratando de alguns registros lingüísticos presentes nas obras de Freud e Lacan.

2.1.3 Registros lingüísticos em Freud e Lacan

Desde os primeiros esboços psicanalíticos escritos por Freud ao final do século XIX é possível perceber o quanto às formações do inconsciente ocorrem no campo da linguagem. Porém, foi com Lacan que esta questão ganhou um espaço maior para discussão nos círculos

psicanalíticos do mundo, pois foi ele o primeiro autor a tratar sistematicamente as relações entre as formações do inconsciente e a linguagem (THÁ, 2001).

Apesar de serem encontrados ao longo de toda obra freudiana, estes registros lingüísticos aparecem com mais freqüência nas teorias de interpretação dos sonhos, nas obras que tratam dos lapsos de fala e nas teorias acerca dos atos falhos e dos chistes.

Em “Estudos sobre a histeria” (1893-1895), de Freud e Breuer, a palavra já aparece ocupando lugar de destaque. Os autores reconhecem a importância da linguagem no momento que, por meio das palavras, os pacientes se emocionavam ao relatar seus acontecimentos da infância. A passagem de Bertha Pappenheim, que pede ao seu analista para que ele a escute, ao invés de hipnotizá-la, funda a importância da fala do paciente para o acesso ao inconsciente.

O pai da psicanálise, na obra “A Interpretação dos Sonhos”, argumenta que os sonhos são uma forma de manifestação do inconsciente, ou seja, uma linguagem do inconsciente que aparece, muitas vezes, por meio de símbolos. Porém, o autor conclui que esse tipo de linguagem do inconsciente é mais arcaica do que a complexidade da comunicação verbal humana. Segundo Freud ([1900-1901] 1996, p.678): “Portanto, os meios de expressão ao alcance do sonho podem ser qualificados de escassos em comparação com os de nossa linguagem intelectual”.

Sobre os lapsos de fala e os atos falhos, em 1901, Freud publica a obra “Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana” argumentando que tais fenômenos lingüísticos apresentam relação com o desejo inconsciente que vem à tona através da fala, conforme se pode verificar no exemplo, a seguir, extraído de Thá (2001, p.27):

Uma jovem falava de seu aborrecimento com a vida, pois todas as coisas que empreendera até então terminaram sempre em fracasso, desde a vida amorosa até a vida profissional. Dizia isso contrariada, comentando seu empenho em fazer tudo da maneira mais correta possível. Foi então que disse: *“Eu luto muito para manter o fracasso”*. Ficou novamente muito contrariada em observar que mais uma vez o fracasso vencera, pois na verdade tencionava dizer: *“[...] para evitar o fracasso”*.

Essas premissas de relação da linguagem com o inconsciente também fundamentam a obra “Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente”, de 1905, na qual Freud realiza o mesmo método de interpretação visto anteriormente para tal fenômeno lingüístico, ou seja, os conteúdos inconscientes são trazidos para o consciente por meio do discurso. No chiste, um

determinado juízo de valor produz efeito cômico por apresentar um sentido que, muitas vezes, não está explícito na proposição ou é construído pelo falante.

No diálogo extraído da seção “frases” da Revista Veja, pode-se perceber o ato falho do vice-presidente do Brasil, José Alencar, ao chamar a ministra da Assistência Social, Benedita da Silva, de Marina, ministra do Meio-Ambiente. Ao que se seguiu um chiste da ministra Benedita:

(1) “A Marina não sai da minha cabeça”

(2) “Vai parecer que você passou a noite com a Marina”

Em 1891, Freud escreve sua monografia sobre o distúrbio da afasia. Nesse texto, o psicanalista austríaco afirma que uma palavra corresponde a um complexo processo de associação formado por elementos de ordem visual, acústica e cinestésica (sensações internas de bem ou mal-estar). Ao que tudo indica, esse estudo serviu como base para que posteriormente fosse elaborado o texto “O inconsciente”, de 1915, principalmente na seção final deste artigo.

Mas as apresentações da palavra, também, por seu lado, se originam das percepções sensoriais, da mesma forma que as apresentações da coisa; poder-se-ia, portanto, perguntar por que as apresentações de objetos não podem tornar-se conscientes por intermédio de seus *próprios* resíduos perceptivos (FREUD [1914-1916] 1996, p.207).

No que se refere às obras de Lacan, o movimento de estruturação do inconsciente como linguagem, conforme já dito, marca o início da interlocução entre Psicanálise e Lingüística, tanto que, escritos e seminários como, por exemplo, “A Instância da Letra no Inconsciente” (1957), “A Função Criativa da Palavra” (1954) e “Onde Está a Fala? Onde Está a Linguagem?” (1955) ressaltam a questão da linguagem no estudo do inconsciente humano.

Nestes textos citados, que ilustram os seus primeiros estudos, Lacan aponta para uma teoria na qual o inconsciente se estruturaria como uma linguagem. Não é difícil encontrar, hoje, críticas a esta teoria lacaniana. Estudiosos da psicanálise entendem que este foi um movimento inicial de Lacan, mas que não reflete a essência de seus trabalhos posteriores. De qualquer forma, estes textos são marcados pelo registro da linguagem nos processos inconscientes.

O psicanalista francês indica os registros oníricos, por exemplo, para exemplificar sua argumentação. Segundo ele, os mecanismos de condensação e deslocamento,

apresentados por Freud em “A Interpretação dos Sonhos”, assemelham-se às figuras de linguagem, tais como Jakobson as concebem: a metáfora e a metonímia, respectivamente (LACAN, 1985b).

Sobre estes conceitos, Lacan (1998) entende a metáfora como um efeito de significação, advindo de uma outra significação, ocorrido pela substituição do significante original por um significante que produzirá o efeito, ou seja, a metáfora nada mais é que a substituição de um significante por outro em uma cadeia.

Para exemplificar, tem-se o tema da palestra da família Schürmann:

(3) A empresa é um barco em alto mar.

Trata-se de uma metáfora que pode ser entendida como uma comparação de igualdade entre uma empresa e um barco em alto mar. Seguindo a idéia de Longo (2006), dois conjuntos estão em debate: a empresa e um barco em alto mar. Neste caso, alguns pontos de intersecção podem ser elaborados, por exemplo, o fato de o barco em alto mar correr riscos e exigir atenção aos fenômenos externos (condição climática, nível da maré e condições do vento).

Uma empresa, por outro lado, também corre riscos e exige atenção aos fenômenos externos (mercado, política e economia). Logo, é possível estabelecer parâmetros comparativos, ou seja, elementos que pertençam aos dois conjuntos.

(3a) A empresa corre riscos, assim como um barco em alto mar.

(3b) A empresa exige atenção aos fenômenos externos, assim como um barco em alto mar.

O mesmo mecanismo utilizado na metáfora ocorre nos sonhos por meio do processo de condensação. Este fenômeno consiste em representar vários conteúdos através de uma imagem condensada, ou seja, simbolizada que é composta por uma série de associações feitas pelo sujeito.

A metonímia é semelhante à metáfora, entretanto, sua diferença consiste no fato de a primeira exigir uma operação de pensamento para apreender o sentido de sua expressão, por apresentar-se sempre como um “não-sentido aparente”. Na metáfora, o surgimento deste sentido é imediato (DOR, 1989).

Como exemplo de metonímia, cita-se o seguinte exemplo:

(4) Estou lendo Camões.

Na realidade, não se está lendo Camões, mas sim o livro que Camões escreveu, portanto, a metonímia é caracterizada pela troca de um objeto por outro que represente o mesmo sentido.

(4a) Estou lendo “Os Lusíadas”, que é um livro de Luiz de Camões

Em psicanálise, o deslocamento é associado à metonímia por ser um investimento libidinal em um outro objeto representante do objeto original. Um exemplo clássico de deslocamento é o caso do pequeno Hans, descrito por Freud, que trata da análise de um garoto de 5 anos de idade que passou a desenvolver uma fobia em relação a cavalos. Na realidade, o cavalo representava o pai de Hans e a angústia relacionada à castração.

Outro conceito que permeia os estudos lingüísticos em psicanálise é a noção de simbólico. Embora Freud tenha utilizado a expressão “simbólico” para se referir aos conteúdos apresentados nos sonhos de seus pacientes, Lacan, mais tarde, apresentaria uma definição de registro, pautada na abordagem estruturalista da linguagem.

Segundo Laplanche e Pontalis (2001), Lacan faz uso do simbólico para designar uma estrutura cujos elementos funcionam como significantes, ou o registro a que pertencem tais estruturas. Serve também para designar a lei que funda esta ordem, ou seja, a lei paterna, pela expressão “pai Simbólico” ou “Nome-do-Pai”, diferentemente das vicissitudes do pai Real e do pai Imaginário.

Ainda de acordo com estes autores:

O simbólico designa a ordem de fenômenos de que trata a psicanálise, na medida em que são estruturados como uma linguagem. Este termo refere-se também à idéia de que a eficácia do tratamento tem o seu elemento propulsor real no caráter fundador da palavra (p.480).

Lacan, no início de seus estudos em psicanálise, ocupado em realizar o conhecido retorno a Freud, estabelece como pressuposto fundamental, a idéia de que o inconsciente se estruturaria como uma linguagem. Neste período, o psicanalista francês oferece ao registro simbólico um lugar de destaque na sua teoria. Posteriormente, a partir dos anos 70, Lacan volta seus estudos para o conceito chamado de “Clínica do Real”, momento em que o simbólico deixa de ter posição dominante, para dar lugar à primazia do real.

Conforme Braga (1999), o registro do Simbólico é o lugar do código fundamental da linguagem. Pode-se dizer que é a lei introjetada, isto é, uma estrutura regulada formadora daquilo que se entende por cultura. Lacan, por sua vez, caracteriza o simbólico como sendo o “grande Outro” – o Outro com “O” maiúsculo – para demonstrar que a relação entre o sujeito e este Outro é diferente da relação com o outro recíproco e simétrico ao eu imaginário.

Miller (1987, p.22), sobre esta questão, afirma que “[...] o Outro é o grande Outro (A) da linguagem, que está sempre já aí”. Além disso, o mesmo autor cita: “O Outro de Lacan é também o Outro cujo inconsciente é o discurso” (p.22).

As retificações em suas obras eram comuns para Lacan ao longo dos anos de trabalho. Outro aspecto reorganizado no que tange ao conceito de simbólico é a passagem da criança pelo Estádio de Espelho.

Lacan, em meados de 1936, identifica o que considera ser uma etapa fundamental na estruturação dos sujeitos de Estádio do Espelho. “O ‘estádio de espelho’ ordena-se essencialmente a partir de uma experiência de identificação fundamental, durante a qual a criança faz a conquista da imagem de seu próprio corpo”. (DOR, 1989, p.79). Esta fase é vivida pela criança e pode ser entendida como o início da formação do ego, pois é nela que o *infans* reconhece seu corpo pela sua imagem e, assim, a criança deixa de se perceber integrada ao mundo e à mãe (rompimento da célula-narcísica).

Inicialmente, Lacan tratou das vicissitudes deste fenômeno com base no registro imaginário, ao conceber que a criança percebe seu corpo, sua imagem refletida no espelho, como a de outro ser. De acordo com Dor (1989, p.80), “[...] este primeiro momento da fase do espelho evidencia claramente o assujeitamento da criança ao registro do imaginário [...]”.

Somente mais tarde, o psicanalista pós-freudiano entende que uma das etapas da passagem por essa fase estruturante ocorre no registro simbólico. Seria no momento em que o *infans* percebe que o que está no espelho é apenas uma imagem, descobre “[...] que o outro do espelho não é um outro real, mas uma imagem”. (DOR, 1989, p.80). Em seguida, a criança, por conta do significante dado pela mãe (esta diz para o bebê que é ele quem está na imagem), ingressa no registro simbólico, com o desfecho desta etapa.

Portanto, para Lacan (1985a), a ordem simbólica subsiste como tal fora do sujeito, ou seja, permanece para além do corpo biológico – vivenciada nas expectativas dos sujeitos e do meio social – eternizada pelo nome marcado por um símbolo.

Junqueira (2003), por sua vez, indica a influência dos trabalhos lingüísticos de Jakobson na obra de Lacan ao relatar a importância da linguagem na elaboração de uma teoria do simbólico. Diz a autora:

Mas cabe retomarmos a reflexão sobre a importância do imaginário na linguagem. O lingüista Roman Jakobson desenvolveu diversos estudos importantes, que permitiram correlacionar o desenvolvimento da linguagem com os processos psíquicos correlatos. Lacan baseou-se em vários destes textos para levar adiante seus estudos. A linguagem já pressupõe etapas que foram sendo ultrapassadas, pressupõe um terceiro que rompe a fusão imaginária com o corpo da mãe, instaurando assim a ordem simbólica e a inscrição na cadeia significante. (p.17-18)

Pode-se dizer, então, que o simbólico trata da palavra, da letra e de sua instância no inconsciente, como diz Lacan. A ordem simbólica exprime aquilo que é precedido pelo significante, ou, como afirma Lopes da Silva (1999, p.35), aquilo que é “[...] dito antes que possa dizer”, que é atravessado por seus recalques e censuras.

Vistas algumas considerações sobre alguns dos registros lingüísticos encontrados nas obras de Freud e Lacan, pretende-se agora estabelecer alguns conceitos relevantes acerca da semântica e seus métodos de interpretação.

2.2 SEMÂNTICA: SENTIDO, REFERÊNCIA E INDETERMINAÇÃO

A semântica pode ser definida, em linhas gerais, como o estudo do sentido das palavras (GUIRAUD, 1975), podendo ocorrer de diversas formas, por diferentes métodos de análise.

Conforme Thá (2001, p.57):

A semântica é o estudo do significado das palavras e sentenças. As teorias semânticas tentam explicar o que é o significado, distinguir as expressões significativas das não significativas e explicitar as relações sistemáticas de significado entre palavras e as sentenças.

Oliveira (2001) afirma que existem três linhas mestras na pesquisa em semântica: a semântica formal, a semântica da enunciação e a semântica cognitiva. Este trabalho será subsidiado pela abordagem da semântica cognitiva que entende que os conceitos são adquiridos por meio de experiências e manipulações sensório-motoras com o mundo.

A semântica cognitiva teve seu marco inicial com a publicação, em 1980, de *Metaphors we live by*, de George Lakoff e Mark Johnson. Nesta abordagem parte-se da hipótese de que o significado é que é central na investigação da linguagem e que este significado não emerge da relação de pareamento entre linguagem e mundo, mas sim, de

dentro para fora, ou seja, o significado surge da interação psíquica com o meio que a circunda (OLIVEIRA, 2001). Assim, pressupõe-se que os fenômenos da linguagem são de origem intrínseca, baseada em experiências pessoais adquiridas ao longo da história de vida.

Utilizar-se-á esta abordagem, tendo em vista que os aspectos psíquicos do sujeito, como a intenção, por exemplo, são presentes em sua teoria, o que pode permitir uma aproximação com os pressupostos da psicanálise no que diz respeito à interpretação dos fenômenos da linguagem.

2.2.1 Sentido e referência

Uma discussão constante no campo semântico diz respeito aos conceitos de sentido e referência, talvez por servirem de pilar para todos os conhecimentos construídos em uma ciência da significação.

A questão do sentido, em Semântica, foi inicialmente elaborada por Frege (1978). Segundo este autor, o sentido de um nome próprio é compreendido por aqueles que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que ele pertence para que, assim, seja elucidada a referência.

Frege (1978) entende que o sentido de uma sentença é o pensamento acerca de seu conteúdo. Além disso, é determinado pelos sentidos das partes constituintes da proposição. Em outras palavras, concebe-se o sentido de uma palavra como o que se entende por tal palavra. Quando se pede para alguém pensar em um cachorro, todos compreendem o sentido da palavra – um animal mamífero, quadrúpede e que late – entretanto, a imagem mental do cachorro varia para cada pessoa devido aos seus processos de associação subjetivos.

A identificação dos elementos que compõem o sentido enquanto fragmentos constitutivos do pensamento está vinculada ao conhecimento da estrutura de uma sentença que exprime esse pensamento. Em outras palavras, o modelo fregeano atesta que é possível modificar o sentido de uma sentença sem alterar a referência da mesma; entretanto, o pensamento – entendido por Frege como o conteúdo objetivo e consciente, não como um ato subjetivo de pensar – é alterado, isto é, a condição de pensamento, para Frege, está associada ao sentido estabelecido na elocução.

(5) O irmão de Guga é proprietário da Hantei.

(6) Rafael Kuerten é proprietário da Hantei.

No exemplo, tem-se duas sentenças com referências iguais, pois designam a mesma pessoa, mas possuem sentidos diferentes. Falar que o irmão de Guga é o Rafael Kuerten possui um conteúdo informativo, logo, exerce influência no pensamento e no sentido da elocução. Porém, dizer que o irmão de Guga é o irmão de Guga é uma tautologia, sem conteúdo informativo algum que expressa apenas a identidade de um objeto consigo mesmo.

Frege acenava com a possibilidade de que um sujeito poderia desconhecer a relação sinonímica existente nas sentenças. Assim como a distinção entre o sentido e a referência, essa idéia talvez seja a sua grande contribuição para o estudo das condições de verdade.

Para Ilari e Geraldi (1999, p.21): “A pesquisa do sentido como busca das condições de verdade das orações é uma das linhas mestras de toda semântica fregeana”. Ainda de acordo com estes autores: “Duas frases que têm o mesmo sentido, quando referidas ao mesmo conjunto de fatos, têm de ser ambas verdadeiras, ou ambas falsas” (p.44).

Sobre a referência, Frege (1978, p.65) afirma:

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto à representação, mas que também não é o próprio objeto.

Desta forma, entende-se que o sentido é o conceito utilizado para expressar um determinado objeto e a referência é simplesmente o objeto referido, por exemplo:

(7) O único sindicalista presidente do Brasil viajou para a Venezuela.

(8) Lula viajou para a Venezuela.

Neste caso, a referência é a mesma, mas o sentido é diferente. Isto é, ambas expressões tratam da mesma referência: o presidente do Brasil, porém, o sentido apresentado é diferente. Em (7), o sentido é dado pelo conhecimento acerca dos movimentos sindicais, por exemplo. Enquanto que, em (8), o sentido é apresentado pelo apelido do presidente.

Para Thá (2001), o núcleo de argumentação do modelo de Frege parte da idéia de que o sentido precede e determina a referência. Um nome próprio como “Luiz Inácio Lula da Silva” pode variar o sentido, como no exemplo acima, enquanto sua referência permanece a mesma.

Em suma, a proposta de Frege era de estabelecer uma distinção entre o sentido e a referência, para que fosse possível estabelecer o valor de verdade das sentenças com base na

referência. Conforme o próprio autor: “Somos assim levados a reconhecer o *valor de verdade* de uma sentença com sendo sua referência” (FREGE, 1978, p.69).

Moura (2000), afirma que uma das modificações em relação aos modelos lógicos tradicionais, como o de Frege, está no fato de que é preciso considerar o sentido (*meaning*) de cada palavra e o significado (*sense*), determinável a partir da especificação de uma situação, conforme o exemplo a seguir, extraído de Moura (2000, p.63).

(9) Está chovendo.

Esta sentença pode ser verdadeira na manhã de um dia e falsa na tarde do mesmo dia. “Em vista disso, a referência (aquilo de que se fala) não é obtida diretamente a partir do sentido, mas por intermédio do significado, calculado a partir de uma certa situação de enunciação” (MOURA, 2000, p.63).

Mesmo com diversos recortes teóricos acerca do sentido e da referência, em alguns casos a Semântica encontra dificuldades para estabelecer o sentido de uma sentença. Este fenômeno é chamado de indeterminação semântica e é o próximo assunto a ser descrito neste estudo.

2.2.2 Indeterminação semântica

Voltaire (*apud* Ullmann, 1987, p.243) afirma que “não há nenhuma língua completa, nenhuma que possa exprimir todas as nossas idéias e todas as nossas sensações [...] Somos obrigados, por exemplo, a designar sob o nome de amor e de ódio, mil amores e mil ódios inteiramente diferentes [...]”. Com base nesta citação, é possível começar a estabelecer algumas considerações sobre a questão da indeterminação semântica, que pode ser entendida como um obstáculo na definição do valor de verdade de uma sentença.

Vale salientar que, ao longo deste trabalho, os termos imprecisão, indefinição e indeterminação serão utilizados como equivalentes, pois tratam de um mesmo conceito, caracterizado por palavras diferentes para os diversos autores e tradutores desta área.

A indeterminação semântica pode ocorrer no léxico, isto é, na própria palavra, independente de sua posição na sentença. Conforme Rossa (2001, p.11), “quando um item lexical corresponde a mais de um sentido dizemos que há ocorrência de uma indeterminação

semântica, um fenômeno que é inerente às linguagens naturais”. É o caso da palavra manga, que pode significar uma fruta ou parte de uma vestimenta.

Outra forma de indeterminação ocorre na sentença. Pinkal (1995 *apud* MOURA, 2000, p.78) entende que “uma sentença é semanticamente indefinida se e somente se, em certas situações, em certas situações, a despeito do conhecimento suficiente dos fatos relevantes, nem ‘verdadeiro’ nem ‘falso’ pode ser atribuído a essa sentença como seu valor de verdade”. Alguns fenômenos semânticos, tais como ambigüidade, polissemia, vagueza são exemplos de indeterminação semântica.

A ambigüidade ocorre quando o sentido depende da intenção do emissor, independente do conhecimento que se tem dos fatos, como em Moura (2000, p.78):

(10) Antônio Ermírio comprou a Folha de São Paulo.

Não é possível, neste exemplo, saber se Antônio comprou um exemplar do jornal que é vendido, se ele adquiriu a empresa que cria os jornais, ou, ainda, se ele corrompeu, de alguma forma, os editores da Folha de São Paulo.

Para Ullmann (1987), a polissemia é uma forma de ambigüidade e ocorre quando uma palavra apresenta dois ou mais significados diferentes e, dependendo da construção sentencial, indeterminam o sentido.

Sobre a polissemia, tem-se o seguinte exemplo:

(11) Felipe viajou naquele dia.

Em (11), não é possível determinar que Felipe fez uma viagem para algum lugar, pois o verbo “viajar” também indica um estado alterado de consciência por uso de alguma droga ou um esquecimento ou lapso de memória momentâneo.

De acordo com Ullmann (1987), podem se estabelecer alguns aspectos que contribuem para a imprecisão das palavras:

- o caráter genérico das palavras;
- a não-homogeneidade das palavras;
- a falta de fronteiras bem definidas no mundo não-lingüístico;
- a falta de familiaridade.

O caráter genérico das palavras diz respeito aos casos de polissemia existente em várias expressões, nas quais um mesmo termo pode ter significados diferentes. Isso não é exclusividade da língua portuguesa, como já visto anteriormente nos exemplos citados. O inglês, assim como qualquer outra língua, também apresenta casos de polissemia. A palavra *coach* pode significar carroça ou treinador, assim como a palavra *way* pode significar modo ou caminho. Ambos casos de polissemia (homonímia) serão solucionados pelo contexto em que a palavra é utilizada.

Outro aspecto que Ullmann (1987) sustenta é a não-homogeneidade, ou seja, as palavras não são utilizadas sempre do mesmo modo. Gírias, modismos e neologismos, por exemplo, são criados a todo instante e modificam, em vários casos, os sentidos das palavras. A expressão celular, há vinte anos atrás, era utilizada quase que exclusivamente pelos profissionais da área da saúde e designava apenas elementos ligados às células do corpo humano. Hoje, celular representa um aparelho móvel de telefonia que aproximadamente 40% da população brasileira possui, segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

A subjetividade das pessoas enquanto fator responsável pelo sentido das palavras também é um fator que contribui para a imprecisão semântica. Ao longo da história de vida dos sujeitos, a linguagem e as palavras estabelecem significados subjetivos para cada indivíduo. A fixação de uma carga emocional para as palavras, a ser discutida no decorrer deste estudo, é um exemplo desta falta de fronteira no mundo não-lingüístico.

O último aspecto destacado é a falta de familiaridade com as palavras, que pode resultar no uso inadequado de algumas expressões. Como exemplo, cita-se o caso cômico de um professor que estava na Inglaterra realizando seu doutorado e utilizava a frase “*the thing is the follow*” quase todas as vezes que iniciava um discurso. Questionado sobre a utilização desta expressão desconhecida pelos ingleses, ele afirmou que queria dizer como no português, “o negócio é o seguinte”, sem saber que frases como “*the point is*” expressavam de modo correto a sua idéia.

Sobre a vagueza, outra forma de indeterminação semântica, Moura (2000) cita o seguinte exemplo:

(12) Collor é cristão.

Segundo o autor, “a sentença (12) pode ser verdadeira ou falsa, [...] dependendo do critério que se utiliza para a definição de ‘cristão’. Temos aí um caso de vagueza” (p.79).

Neste exemplo, a palavra cristão não apresenta um sentido definido, pode estar relacionada ao conjunto de pessoas que acreditam na existência de Deus ou ao conjunto de pessoas que frequenta uma igreja cristã, por exemplo.

Para Ullmann (1987, p.404), ao discorrer sobre os fatores que influenciam na mudança do significado, afirma que:

a imprecisão do significado é outra fonte mudanças semânticas. As várias formas de imprecisão – a natureza genérica das palavras, a multiplicidade de seus aspectos, a falta de familiaridade, a ausência de fronteiras bem definidas – tudo conspira para facilitar as alterações no uso.

Conforme Zhang (1998), a vagueza é definida como uma expressão que apresenta mais de uma interpretação possível. O autor cita o exemplo:

(13) Maria tem meu livro.

Nesta expressão, pelo menos três interpretações podem ser estabelecidas:

(13a) Maria tem um livro escrito por mim.

(13b) Maria tem um livro que eu comprei.

(13c) Maria tem um livro que eu tomei por empréstimo.

Segundo Surdi (1998, p.23), “uma expressão (ou categoria) é vaga quando não se pode determinar o conjunto de condições necessárias e suficientes que formam o seu sentido e quando a aplicabilidade do termo deixa dúvidas”.

Conforme Moura (2000, p.81-82), “a característica específica da vagueza é que ela não pode ser reduzida, num dado contexto, a uma ou outra interpretação. Na vagueza, mais de uma interpretação é possível [...]”. Palavras como, por exemplo, baixo, alto, magro, gordo, feliz e triste, são vagas em sua essência e somente tomarão sentido no determinado contexto de fala.

(14) Pedro é alto.

Na sentença acima, não é possível estabelecer a altura de Pedro. Sabe-se que ele é alto, mas o que é ser alto? Algumas pessoas podem dizer que quem possui 1,80m é alto,

outras pessoas podem considerar alguém alto somente se esta pessoas tiver mais de 1,90m, por exemplo. O que se pretende dizer aqui é que o significado dessas palavras consideradas vagas em sua essência é subjetivo, dependendo de valores atribuídos de forma individual.

Outro exemplo é a palavra felicidade. Dizer que alguém é feliz ou está feliz leva a uma profunda subjetividade. Afinal de contas, o que felicidade? Alguns dirão que ela não existe, outros dirão que felicidade é saber conviver com seus defeitos, outros podem dizer que felicidade é comprar uma casa ou um carro. Enfim, o critério para significação dessa palavra é intrínseco, dependendo das crenças de cada sujeito. Isso já é suficiente para entender o termo como vago.

Conforme os autores pesquisados na área de indeterminação semântica, um método para solucionar esta questão é a análise do contexto em que a palavra é proferida. Percebe-se aí a importância do contexto para a interpretação de palavras e sentenças no estudo semântico. Esse fator também é evidenciado por Sperber e Wilson (2001), na chamada Teoria da Relevância, conforme será visto a seguir.

2.3 TEORIA DA RELEVÂNCIA DE SPERBER E WILSON

De acordo com Silveira e Feltes (2002), o ponto de partida desta teoria foi o modelo inferencial de Grice, que foi utilizado por Sperber e Wilson para o desenvolvimento de uma teoria da comunicação particularmente voltada para a compreensão de significados.

O filósofo Herbert Paul Grice – em seu artigo “*Meaning*”, de 1957, e em suas “Lições em homenagem a William James”, de 1967 – concebia a linguagem como uma ferramenta para o emissor comunicar ao seu receptor suas intenções. Percebe-se, então, que Grice apresenta uma concepção de sujeito psicológico, consciente e dotado de uma intencionalidade que trará consigo o sentido da elocução.

Grice entende que as elocuções não são sinais, mas fragmentos de evidências sobre o significado do falante. O ouvinte consegue compreender uma sentença quando ele infere o significado a partir das evidências fornecidas pelo falante. Dessa forma, para que o comunicador consiga sucesso na transmissão de sua mensagem, é preciso que o receptor reconheça a intenção do emissor na transmissão da mensagem.

Percebe-se que esta teoria veio de encontro com o modelo de código utilizado no estudo da comunicação por uma legião de autores como, por exemplo, Shannon e Weaver (1949), Jakobson e Halle (1956) e Eco (1984).

Conforme Silveira e Feltes (2002, p.20), “o modelo de código negligencia o papel fundamental do contexto, o modo como ele atua no processo interpretativo”. Ou seja, a análise da interpretação do enunciado é realizada basicamente pelo conteúdo da mensagem passada, sem que se levem em conta as características de contexto que circundam o processo de comunicação.

De acordo com Sperber e Wilson (2005), segundo um modelo de código, a fonte codifica a mensagem pretendida dentro de um sinal que é decodificado pelo receptor por meio de uma cópia idêntica do código. Já conforme um modelo inferencial, como já foi dito, um comunicador fornece evidências de sua intenção de comunicar um certo significado, que é inferido pelo receptor com base nas evidências fornecidas. Um enunciado é uma parte da evidência codificada linguisticamente, de modo que a compreensão verbal envolve um elemento de decodificação. O significado linguístico decodificado é somente um dos *inputs* para um processo de inferência não-demonstrativo que produz uma interpretação do significado do falante.

Diz-se que o processo de inferência não é demonstrativo porque, conforme o modelo inferencial, na comunicação não existem dados concretos e explícitos de que a compreensão esteja correta. O que pode acarretar uma falha na comunicação ou em uma hipótese falsa caso o destinatário não consiga compreender a intenção do falante.

Sendo assim, tem-se o seguinte exemplo, adaptado de Sperber e Wilson (1992 *apud* SILVEIRA E FELTES, 2002, p.20-21):

(15) Maria, tendo emprestado dinheiro a Pedro, supondo que, conforme prometido, ele o devolverá no dia seguinte, tenta certificar-se dessa suposição consultando João sobre a possibilidade de Pedro manter sua palavra. João então afirma:

(15a) Pedro é honesto e cavalheiro

No dia seguinte, entretanto, Pedro nega rudemente sua dívida com Maria. Depois de relatar a João o ocorrido, Maria comenta:

(15b) Honesto e cavalheiro, com certeza.

Segundo Silveira e Feltes (2002), para que se entenda o sentido do enunciado (15b) é preciso mais do que decodificar a mensagem, é necessário compreender o contexto de fala a fim de que perceba que se trata de uma ironia. Somente recorrendo ao contexto discursivo

presente em (15a) é que se faz possível uma interpretação adequada. Para Sperber e Wilson (2001, p.45-46): “Um contexto é uma construção psicológica formada por um subconjunto das suposições que o ouvinte tem no mundo. São estas [suposições]³, com certeza, as que afetam a interpretação de uma elocução, e não o estado real do mundo”.

O modelo inferencial de Grice se torna essencial para uma nova abordagem do processo comunicacional. De acordo com este autor, existe uma lacuna entre a construção lingüística do enunciado pelo falante e a sua compreensão pelo ouvinte. Tal lacuna, no processo de interpretação da mensagem, deve ser preenchida pelas inferências (SILVEIRA E FELTES, 2002).

Conforme Sperber e Wilson (2001, p.119): “A inferência é o processo pelo qual uma suposição é aceita como verdadeira ou provavelmente verdadeira pela força da verdade ou da verdade provável de outras suposições”. Assim, as inferências são responsáveis, por parte do ouvinte, pelo entendimento da sentença proferida por um falante. Entretanto, é possível dizer que o processo de formação das inferências passa pela história de vida dos sujeitos, ou seja, cada sujeito, em seu acervo mental, estabelecerá suas próprias inferências.

Este aspecto é denominado por Sperber e Wilson (2001) de hipótese do conhecimento mútuo. Segundo estes autores, apesar de muitos grupos falarem a mesma língua, são notáveis as diferenças existentes nas experiências pessoais, ensinamentos e pontos de vista. “As diferenças que existem na história de vida de cada um levam necessariamente à diferenças que existem nas informações memorizadas” (p.46).

Tome-se como exemplo, um policial que encontra um cadáver no local de um crime e é questionado sobre o estado de saúde deste corpo encontrado:

(16) Ele está tão vivo quanto o papagaio do John Cleese

Aqueles que não assistiram o episódio “*Dead Parrot*” do grupo de comédia britânico *Monty Python* e que não conhecem o humorista John Cleese, provavelmente não conseguirão entender o sentido da expressão acima, que foi dita em menção ao episódio em que o protagonista reclama de um papagaio vendido a ele, que, na verdade, estava morto.

Rossa (2001, p.45) entende que “a relevância dos significados das experiências de mundo, palavras e circunstâncias do momento é determinada pela intenção do falante e pelos objetivos ou aspectos pessoais e psicológicos do ouvinte”. Portanto, a compreensão é obtida

³ Inclusão do autor.

quando o discurso atinge um certo nível de relevância para o ouvinte, portanto, a interpretação pode ser caracterizada como a soma do contexto de fala com as experiências de mundo dos interlocutores.

Ainda de acordo com Sperber e Wilson (2001), Grice entende que as inferências são derivadas dedutivamente a partir da existência de um acordo de cooperação entre o falante e o ouvinte – denominado de Princípio de Cooperação – que obedece nove máximas, divididas em quatro categorias:

Máximas de quantidade

- I. Faça sua contribuição tão informativa quanto é requerido.
- II. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.

Máximas de qualidade

- I. Não diga aquilo que você acredita ser falso.
- II. Não diga aquilo para o qual você não dispõe de evidência adequada.

Máxima de relação

- I. Seja relevante

Máximas de modo

- I. Evite obscuridade de expressões.
- II. Evite ambigüidade.
- III. Seja breve.
- IV. Seja ordenado.

Conforme esta teoria, para se comunicar de forma satisfatória, o falante deve proferir uma sentença que tenha uma única interpretação compatível com a suposição de que ela está de acordo com o princípio cooperativo e suas máximas (SPERBER E WILSON, 2001).

Partindo dessas máximas classificadas pela quantidade, qualidade, relação e modo, Grice entende que as máximas descrevem um conjunto de pensamentos que o receptor faz, para interpretar e inferir o sentido emitido pelo falante. O ouvinte estabelece um sentido para a mensagem que esteja em conformidade com as máximas descritas anteriormente.

Expostos alguns aspectos gerais da teoria da relevância, passa-se, neste momento, a uma discussão acerca das aproximações possíveis entre psicanálise e semântica, a respeito do contexto.

2.4 APROXIMAÇÕES ENTRE PSICANÁLISE E SEMÂNTICA SOBRE A NOÇÃO DE CONTEXTO

Com base nos estudos realizados nesta pesquisa, pode se dizer que a utilização da noção de contexto nos estudos semânticos e pragmáticos exerce uma função de suporte para os atos interpretativos das ciências da linguagem.

Foram verificados poucos trabalhos cujo objeto de estudo é o contexto. Na maioria das vezes este conceito aparece como coadjuvante nos trabalhos, sendo utilizado como suporte para o desenvolvimento de outros temas. Tanto que autores como Kleiber (1998 *apud* MOURA, 2000, p.66) entendem que: “O contexto é apenas uma ferramenta de trabalho, e não o próprio objeto de pesquisa”.

Sobre esta questão, Silva (2005) entende que não existem teorias que dêem conta da plurifuncionalidade do termo contexto. A autora também acredita que as pesquisas acerca do contexto enquanto objeto de estudo são escassas, pois sua utilização consiste, em grande parte, para um aparato metodológico a ser utilizado em algumas vertentes da semântica e da pragmática.

Apesar disso, alguns conceitos sobre o contexto são encontrados na literatura específica. Além do conceito de Sperber e Wilson (1995), explicitado na página 31 deste trabalho; conceito este que leva em conta o caráter psicológico e cognitivo dos atos de fala, a partir das noções de inferência e relevância, próprias da teoria proposta por estes autores; verificam-se outras definições que variam de acordo com a abordagem teórica de cada autor.

Para MacCawley (1993 *apud* MOURA, 2000, p.45) o contexto é “[...]um conjunto de proposições assumidas como verdadeiras (*‘taken for granted’*) pelos participantes de um discurso, num certo ponto do discurso”. Esta definição é focada na teoria dos valores de verdade das sentenças, comum nos estudos semânticos fregeanos, por exemplo.

Em outra linha de pensamento, segue o conceito de Kerbrat-Oricchioni (1996 *apud* SILVA, 2005, p.96):

Contexto não é uma coleção de fatos materiais ou sociais [...] mas um número de esquemas cognitivos sobre o que é relevante para a

interação a cada ponto dado e a cada momento[...]. Esses parâmetros contextuais emergentes referem-se a fatos de conhecimento que devem ser revertidos das disposições cognitivas 'invisíveis' dos participantes em bases acessíveis coletivamente em que se conduz a interação.

Este conceito de Kebrat-Oricchioni permite três interpretações plausíveis sobre o contexto. Primeiro, entende-se que o contexto é uma criação cognitiva, ou seja, ele é estruturado de acordo com os processos psíquicos e a história de vida, por exemplo, envolvidos em cada sujeito. Em segundo lugar, o conceito demonstra que o contexto não é fixo, mas, variável. Dessa forma, o contexto pode variar de acordo com a situação estabelecida durante o discurso. Por último, o contexto, embora seja um processo cognitivo, pode ser compartilhado entre os falantes durante os atos de fala, desde que exista um conhecimento mútuo sobre um determinado assunto.

Van Dijk (2001) entende que uma teoria do contexto é tão complexa quanto uma teoria do texto ou do discurso e deve ser debatido em várias esferas das ciências humanas e sociais. Conforme o autor, a compreensão de situações e eventos específicos ocorre por meio de modelos mentais – que são representações individuais e subjetivas formadas a partir das experiências de vida dos sujeitos – e estes modelos, durante o discurso formam um modelo de contexto.

Assim como todos os modelos mentais, o contexto não representa todos os aspectos pessoais e sociais de um discurso, sendo que, inevitavelmente, algumas particularidades do discurso terão relevâncias diferentes para cada participante. Desta forma, aproxima-se o conceito da teoria da relevância com esta noção de contexto, visto que esta teoria dos modelos contextuais é uma explicação psicológica para a noção de relevância (VAN DIJK, 2001).

A teoria da relevância proposta por Sperber e Wilson (2001), já descrita nesta dissertação, explora a noção de contexto por uma abordagem particular. Segundo os autores, na construção do sentido do discurso, as interpretações realizadas que são consideradas relevantes para o falante podem ser classificadas como contextuais. Logo, qualquer hipótese interpretativa que produza algum efeito contextual é relevante.

Ainda de acordo com Sperber e Wilson (2001), o falante que tem a intenção de ser interpretado corretamente pelo ouvinte deve fornecer durante o ato de fala, o contexto que permita esta interpretação. Pois, caso o contexto (aqui compreendido pelo conhecimento mútuo) for diferente, a interpretação poderá ser equivocada. O exemplo a seguir, extraído de Sperber e Wilson (2001, p.47), demonstra a importância do contexto.

Pedro oferece uma xícara de café a Maria, que responde com a seguinte afirmação:

(17) O café manter-me-ia acordada.

Caso Pedro interprete que Maria não queira ficar acordada, ele entenderia a resposta como uma recusa. Entretanto, se Pedro entende que Maria quer ficar acordada, ele interpretaria a resposta como um “sim”.

O fato é que, como enfatiza Van Dijk (1977), a primeira propriedade do contexto é o seu caráter dinâmico, ou seja, não existe um contexto, mas vários contextos (*courses of events*) em determinadas situações específicas.

No seguinte diálogo, um casal está sentado em frente à televisão:

(18) João: Que dia é amanhã?

Maria: Já paguei a conta da água.

Percebe-se que a resposta dada por Maria é estabelecida com base em um contexto compartilhado pelo casal. A noção de relevância para um indivíduo defendida por Sperber e Wilson (2001, p.224) indica que “Uma suposição é relevante para um indivíduo num dado momento se, e apenas se, for relevante num ou mais dos contextos acessíveis a esse indivíduo nesse momento”.

O conhecimento compartilhado (mútuo) por João e Maria explicitava que, quando João pergunta sobre o dia de amanhã, Maria já compreende que ele estava preocupado com a data de vencimento da conta de água.

Parret (1988) alerta para a diferença entre o conhecimento mútuo e o conhecimento comum, pois, segundo o autor, o primeiro é um conhecimento que não é somente compartilhado, mas que sabe ser compartilhado e que sabe que sabe ser compartilhado e assim, por diante, levando à conhecida regressão ao infinito. Por outro lado, o conhecimento comum é simplesmente o conhecimento compartilhado entre falantes.

Ainda conforme Parret (1988), o conhecimento é fundamental para a interpretação dos contextos, o reconhecimento dos indivíduos, estados e eventos. Sendo assim, o conhecimento suposto existe no ato da prática da interpretação.

Corroborando esse raciocínio, Silveira e Feltes (2002) afirmam que a escolha do contexto depende da organização da memória enciclopédica do indivíduo, das suas habilidades cognitivas, perceptuais e das atividades mentais em que ele está engajado naquele momento. Para tanto, “[...] selecionar o contexto é parte do processo de interpretação” (p.47).

Outro aspecto importante a ser ressaltado sobre o contexto é a sua classificação. Para Ullmann (1987), o contexto pode ser verbal ou de situação. No primeiro, o contexto é fixado pelo significado das palavras de acordo com sua distribuição e colocação, ou seja, trata do sentido do texto propriamente dito. O contexto de situação, por sua vez, diz respeito à “[...] situação efetiva em que uma expressão ocorre” (p.106). Abrange o contexto cultural do falante, formado por vários fatores que determinam as particularidades de seu ato de fala.

Parret (1988), por sua vez, classifica o contexto em cinco tipos: o contexto co-textual, o contexto existencial, o contexto situacional, o contexto acional e o contexto psicológico. O primeiro é baseado na estrutura sintática das palavras, ou seja, o contexto é fundamentado pela coesão e coerência textual de uma sentença. Neste sentido, esta classificação se aproxima com a idéia de contexto verbal, apresentada por Ullmann (1987).

O contexto existencial é pautado nas relações entre o emissor (aquele que fala), o receptor (aquele que compreende) e suas localizações espaço-temporais. Além disso, esta forma de interpretação contextual leva em conta não só o mundo real, mas todos os mundos possíveis que se estabelecem em um ato de fala.

O contexto situacional apresenta fatores que determinam parcialmente o seu significado, isto é, com base nos papéis que os falantes desempenham, nas hierarquias sociais e na autoridade do falante, por exemplo, é que se formam estes contextos.

Outro tipo de contexto classificado por Parret (1988) é o contexto acional, indicado pelas seqüências lingüísticas que expressam ações, sendo que estas são intencionais. Por fim, o contexto psicológico é estabelecido pelos processos cognitivos existentes em cada pessoas, como, por exemplo, os valores, a história de vida e os modelos mentais.

Portanto, para Parret (1988), os contextos variam de acordo com a orientação pragmática estabelecida. A pragmática do texto (co-textual), a pragmática lógica (existencial), a pragmática orientada sociologicamente (situacional), a pragmática dos atos de fala (acional) e a pragmática orientada psicologicamente (psicológico).

Tendo em vista estes aspectos elucidados anteriormente, é possível estabelecer alguns papéis que o contexto exerce para a semântica nos diferentes atos de fala. Pode-se afirmar, por exemplo, que o contexto é responsável pela determinação do sentido, da referência e dos pressupostos. Além disso, o contexto pode auxiliar em casos de indeterminação semântica e na fixação da carga emocional das palavras.

Sobre a determinação do sentido das palavras, Guiraud (1975, p.36), entende que: “Toda palavra está ligada ao seu contexto, do qual ela tira o seu sentido [...]”. O autor defende a idéia que o contexto é responsável pela construção do sentido das palavras, uma vez que

elas, por si só, podem apresentar problemas para esta definição. Os casos de ambigüidade e polissemia, já vistos anteriormente neste trabalho e retomados a seguir nesta discussão, ilustram a dificuldade de construção do sentido sem a utilização do contexto.

Sobre este aspecto Guiraud (1975, p.8) afirma que “[...] o valor semântico de uma palavra é o seu sentido”. Ao passo que, em vários casos, o sentido é estabelecido pelo contexto.

A referência, entendida como aquilo de que se fala, também é um elemento que é determinado pelo contexto. De acordo com Moura (2000, p.72)

[...] a determinação da referência dependeria do componente semântico, e não do componente pragmático. Mas o problema é que em muitos casos não é possível determinar aquilo de que se fala se não se leva em conta o contexto

Um garçom, por exemplo, que, ao ouvir uma reclamação de um cliente sobre a demora da refeição, vai até a cozinha e pergunta:

(19) A quarenta está pronta?

Neste caso, a referência é determinada pelo contexto, pois o ouvinte consegue interpretar esta mensagem somente se ele possui o conhecimento de que “quarenta” diz respeito à refeição da mesa de número quarenta.

A definição dos pressupostos é mais um papel do contexto para os estudos semânticos. Moura (2000) considera que o conhecimento compartilhado pode ser essencial para a identificação de pressupostos das sentenças.

O autor cita o seguinte exemplo:

(20) Pedro deixou de fumar.

Sendo assim, pode ser estabelecido com valor de verdade as seguintes proposições:

(20a) Existe um indivíduo designado por Pedro.

(20b) Pedro fumava.

Para Moura (2000) estas proposições são partes integrantes do conhecimento compartilhado dos interlocutores, entretanto, caso estas sentenças não fossem parte do contexto, elas passariam incorporá-lo de forma dinâmica, pois são mutuamente aceitas.

Outro fator que depende do contexto diz respeito ao significado das palavras em casos de ambigüidade, por exemplo. Conforme Ullmann (1987, p.110), “[...] o contexto pode também desempenhar um papel vital na fixação do significado das palavras demasiado vagas, ou demasiado ambíguas, para fazerem sentido por si próprias”. A sentença abaixo, por exemplo:

(21) Lave esta manga.

O significado desta frase ambígua só pode ser estabelecido com base no contexto em que ela está inserida. Só é possível saber, portanto, se é preciso lavar uma fruta, ou a manga de uma blusa, com base no contexto de situação.

Exatamente com base nestes pressupostos é que estudos apontam para a resolução de ambigüidades lexicais com a utilização da teoria formal do contexto. Os estudos de Buvac (1995), por exemplo, apontam que é possível capacitar programas computacionais por meio da inteligência artificial para resolver questões ligadas à ambigüidade das palavras com base na teoria acerca do contexto⁴.

Conforme Ullmann (1987), outro papel exercido pelo contexto é o de fixar o aspecto emocional das palavras, ou seja, a condição emotiva de certas palavras é dada pelo contexto verbal da sentença. O autor cita o exemplo da palavra *home*, que aparece com forte carga emocional na célebre frase “*home sweet home*” (lar, doce lar); porém, aparece desprovida desta carga em *B.B.C. Home Office* (Serviço Nacional de Radiofusão Britânica).

Em português, a palavra “gato” pode acompanhar diferentes condições emotivas nas sentenças a seguir:

(22) Comprei um pequeno gato para ser meu animal de estimação

(23) Fiz um gato para poder assistir TV a cabo

⁴ Para mais detalhes sobre este assunto, verificar BUVAC, S. (1995) Resolving lexical ambiguity using a formal theory of context. In: DEEMTER, K.V.; PETERS, S. **Semantic ambiguity and underspecification**. California: CSLI Publications, 1996. p. 101-124.

Em (22), a palavra gato possui uma grande carga emocional, enquanto que, em (23), verifica-se a ausência total desta carga. Ao contrário, o termo acompanha de uma conotação negativa, por se tratar de uma prática ilegal.

Em linhas gerais, o papel do contexto em semântica pode ser entendido, portanto, como uma ferramenta para auxiliar a interpretação do sentido nas palavras e sentenças. Tal idéia é contemplada nas obras de Van Dijk (1977) e (2001), apresentadas anteriormente.

Com relação à psicanálise, nas obras freudianas, a noção de contexto aparece com frequência nos textos sobre os sonhos, lapsos de fala e atos falhos, ou seja, nos registros lingüísticos apontados pela teoria psicanalítica, conforme foi discutido anteriormente neste trabalho.

Em “A Interpretação dos Sonhos”, o criador do método psicanalítico afirma:

Quando o sonhador é uma pessoa sadia, não me resta outro recurso para obrigá-la a reconhecer as idéias recalcadas que foram descobertas senão apontar o contexto dos pensamentos oníricos, e nada posso fazer se ela se recusa a reconhecê-los (FREUD, [1900-1901] 1996, p. 689)

Neste caso, Freud recorre ao contexto para auxiliar o paciente na interpretação de seu sonho, pois, na maioria das vezes, os sonhos aparecem “camuflados” em sua essência. Os movimentos de condensação e deslocamento (metáfora e metonímia) confundem a real mensagem transmitida nos sonhos e, portanto, o estabelecimento do contexto onírico permite uma interpretação que não poderia ser alcançada apenas com base na mensagem propriamente dita.

Ainda com relação ao mecanismo dos sonhos, o psicanalista austríaco, ressalta a importância do contexto para uma interpretação adequada dos símbolos oníricos. Diz o autor: “Freqüentemente, eles possuem mais de um ou mesmo vários significados e, como ocorre com a escrita chinesa, a interpretação correta só pode ser alcançada, em cada ocasião, partindo-se do contexto” (FREUD, [1900-1901] 1996, p. 385).

A interpretação dos sonhos é pautada na análise dos símbolos apresentados pelo paciente durante o sonho; contudo, estes símbolos só terão sua interpretação adequada se for levado em consideração todo o contexto da análise do paciente.

Freud ([1900-1901] 1996, p.696) entende que “[...] como ocorre com maior frequência, o estímulo externo recebe uma interpretação que o traz para o contexto de um desejo recalcado [...]”. Pois, para a psicanálise, o contexto é formado por elementos recalcados que vêm à tona por intermédio do inconsciente. Os conteúdos inconscientes de um

sujeito são manifestados por alguns canais, como os sonhos, por exemplo, e esta interpretação deve ser elaborada com base neste contexto do inconsciente do paciente em análise.

Sobre o esquecimento de nomes e a perturbação da fala, outro tipo de registro lingüístico apontado por Freud em suas obras, o autor diz: “O que esses dois modos de formação dos lapsos da fala têm em comum é a simultaneidade da excitação, e o que os diferencia é situar-se a origem da perturbação dentro ou fora da frase ou contexto” (FREUD, [1901] 1996, p. 69). Desta forma, o referido psicanalista compreende que o contexto que envolve o lapso de fala é fundamental para localizar a origem da perturbação.

No que tange o conceito de chiste e sua relação com o contexto, Freud ([1905] 1996, p.47) cita o seguinte exemplo, dito por um médico colega seu, que fazia referência ao “Caso Dreyfus”, episódio ocorrido ao final do século XIX em que um militar francês foi acusado injustamente de traição:

(24) Esta garota me lembra Dreyfus. O exército inteiro não acredita em sua inocência.

Para Freud ([1905] 1996), o termo ‘inocência’ é a construção principal do chiste, devido ao seu duplo sentido. Pois, em um contexto, a palavra pode ser interpretada como o antônimo de ‘culpa’ ou ‘crime’, por exemplo. Por outro lado, em um outro contexto, ‘inocência’ pode ter um significado sexual, cujo antônimo seria a experiência sexual.

Nos estudos de Lacan acerca da linguagem e sua relação com o inconsciente, é possível encontrar menções sobre o papel do contexto na interpretação psicanalítica.

Conforme Lacan (1986, p.275):

A palavra institui-se como tal na estrutura do mundo semântico que é o da linguagem. A palavra não tem nunca um único sentido, o termo, um único emprego. Toda palavra tem sempre um mais-além, sustenta muitas funções, envolve muitos sentidos. Atrás do que diz um discurso, há o que ele quer dizer, e, atrás do que quer dizer, há ainda um outro querer-dizer, e nada será nunca esgotado [...].

O psicanalista francês se refere à cadeia de significantes que é estabelecida pelo sujeito, sendo que cada um destes significantes irá levar a um determinado sentido. Contudo, pode-se entender que o ato de formação desta cadeia é dado por um contexto pessoal ao sujeito, delimitada, entre outras coisas, por sua estrutura psíquica e por sua história de vida.

Como já foi visto, não existe um único modelo de contexto, existem contextos que são provenientes de cada situação, de cada discurso, de cada modelo mental, de cada sujeito. Do mesmo modo, Spence (1992, p.113) entende que: “Se o contexto é ilimitado e em constante expansão, as bases para chegar a uma conclusão sobre este ou aquele significado estão sempre em mudança”.

Segundo Lacan (1986, p.270): “Cada vez que temos, na análise da linguagem, de procurar a significação de uma palavra, o único modo correto é fazer a soma de seus empregos”. Isto corrobora conceitos semânticos acerca da utilização do contexto como elemento auxiliar na interpretação dos sentidos das palavras, visto que a “soma de seus empregos” pode ser entendida como o contexto verbal.

Sobre a ambigüidade, outro tema que é objeto de estudo da semântica, Lacan (1985a), p.348) entende que “[...] determinadas ambigüidades ligadas ao elemento semântico resolvem-se no contexto, através do uso e da emissão da frase”.

De acordo com Thá (2001), a interpretação das proposições deverá variar em conformidade com os vários aspectos de contexto em que são pronunciada, e é por esta razão que a interpretação ocorre segundo um modelo de estado das coisas, na qual as condições de verdade são definidas. O autor chama a atenção para os casos de indeterminação semântica, que foram discutidos neste estudo. Ele entende, portanto, que o contexto de fala irá reduzir os fatores que levam à indeterminação e, assim, o significado ficaria definido.

Percebe-se que o contexto, em psicanálise, possui o papel de auxiliar o analista na interpretação do discurso do paciente, tanto que Freud e Lacan recorrem ao contexto para explicitar os sentidos encontrados em fenômenos lingüísticos.

Spence (1992) destaca o papel do contexto na interpretação do discurso do analisante e, apoiado nas teorias contextuais, ressalta que um dos grandes desafios do analista é reconhecer que o seu contexto de compreensão pode ser diferente do contexto do paciente. Convergindo para o mesmo ponto, as teses do conhecimento compartilhado e dos vários contextos, propostas por autores da semântica, são importantes para evidenciar esta preocupação do autor.

A ilustração a seguir representa uma aproximação dos conceitos psicanalíticos e semânticos a respeito do contexto e do conhecimento compartilhado:

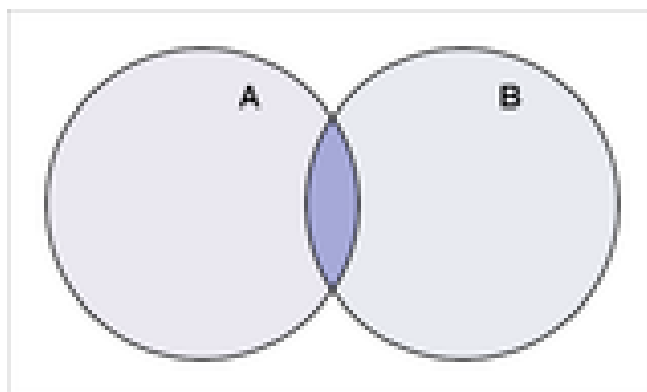


Ilustração 1: intersecção dos contextos do falante e do ouvinte
Fonte: dados primários

Estes dois conjuntos em intersecção representam os contextos, de modo que em ‘A’ tem-se o contexto do falante e em ‘B’ o contexto do ouvinte, por exemplo. A intersecção entre estes dois contextos é o conhecimento compartilhado. Em psicanálise é possível dizer ‘A’ representa o contexto de compreensão do analista e ‘B’ o contexto do paciente, sendo assim a área de intersecção representará o ato interpretativo apropriado para a análise, pois será constituído pelo contexto compartilhado entre o analista e o paciente.

Ainda nesta discussão, Spence (1992) afirma que o contexto controla a compreensão e que por conta disso o analista mais desatento escolhe centrar-se em certos significados e não em outros. Desta forma diz: “Os modos como o contexto influencia o significado apresentam-nos sérios obstáculos para a compreensão do processo terapêutico” (p.111).

Desta forma, entende-se que o contexto exerce papéis para a semântica, assim como exerce funções para a prática psicanalítica também. Todavia, é de fundamental importância abrir, neste momento, um debate acerca do papel do contexto – da forma como foi entendido neste estudo – para o ato psicanalítico. Acredita-se que o psicanalista, na clínica, pode se beneficiar da noção de contexto e que, nesse sentido, ele pode utilizar conceitos próprios das teorias contextuais, ou até mesmo, da semântica cognitiva para orientar sua prática. O que se pretende agora é tentar identificar se essas ações incidem sobre o ato psicanalítico.

2.4.1 O contexto e o ato psicanalítico

Apesar de Freud apontar os caminhos para sua construção – principalmente quando trata do *acting out* no texto “Recordar, repetir e elaborar” (1914) – foi Lacan, em 1967, que estabeleceu conceitos e vicissitudes sobre o ato psicanalítico.

Para Freud ([1911-1913] 1996):

Quanto maior a resistência, mais extensivamente a atuação (*acting out*) (repetição) substituirá o recordar, pois o recordar ideal do que foi esquecido, que ocorre na hipnose, corresponde a um estado no qual a resistência foi posta completamente de lado.

O psicanalista austríaco entende que esse fenômeno é responsável por uma resistência ao recordar, ou seja, às lembranças causadoras dos traumas, por exemplo. Nesse contexto, ao invés do paciente recordar a cena traumática – o que beneficiaria o seu tratamento – ele repete suas inibições, suas atitudes, seus sintomas e seus traços patológicos de caráter, tudo isso sob as condições da resistência construída por uma transferência negativa.

Lacan reforça esta idéia freudiana ao falar sobre a passagem ao ato, porém, foi em 1967, com o seminário sobre o ato psicanalítico que o psicanalista francês abre uma discussão sobre esse fenômeno da clínica psicanalítica.

Apoiado no conceito da passagem ao ato e na esteira da máxima freudiana; *Wo Es war, soll Ich werden* – Onde o Isso (Id) estava, o Ego (Eu) deve advir – estabelecida no momento em que Freud aposta na idéia de que, ao tornar consciente o inconsciente, seria possível a extinção dos sintomas do paciente; Lacan desenvolve o conceito de ato psicanalítico como um processo capaz de levar o paciente a uma nova posição por meio da interpretação, isto é, uma retificação subjetiva.

Lacan (1967) indica a função do ato ao nível da psicanálise, ao concebê-lo na medida em que o referido fazer psicanalítico implica profundamente o sujeito. Para o autor, graças a essa dimensão do sujeito, que renova completamente o que pode ser enunciado do tema como tal, e que se chama o inconsciente, este sujeito, na psicanálise, está colocado em ato.

O psicanalista francês, em seu seminário “Escritos Técnicos de Freud”, concebe o que ele chama de palavra plena como o indício de verdade, aquela palavra que faz ato. Neste momento, Lacan admite que a transferência possibilita o advento da palavra plena, mesmo que ocorra por meio de atos falhos ou lapsos de fala, pois é aí que se encontra a verdade psicanalítica. O referido autor finaliza: “Na medida em que se trata para o sujeito de se fazer reconhecer, um ato é uma palavra” (LACAN, 1986, p.279).

Víctora (2006) corrobora Lacan ao entender que o ato psicanalítico não é necessariamente uma ação física. Na realidade, o ato é sustentado pela dinâmica da

transferência e se efetua pela linguagem no momento em que a dimensão do Outro está sempre presente, mesmo que se fale sozinho.

Conforme Santos (1995): “É no ato psicanalítico que o sujeito é questionado sobre o seu desejo e da sua responsabilidade acerca dos seus sintomas e do gozo ali contido, ou seja, acerca de sua posição subjetiva que traduz uma escolha; escolha inconsciente; uma eleição”. Para a autora, portanto, o ato produz um impasse subjetivo do saber consciente, é o momento em que o sujeito se desfaz da suposição de um saber inconsciente e se destitui radicalmente da condição de sujeito.

Ainda de acordo com a autora, o ato psicanalítico dependerá do deslocamento de sentimentos, expectativas e projeções de saber do analisando para a figura do analista. Este, por sua vez, deve suportar a transferência, servindo de semblante para o investimento libidinal do paciente.

Segundo Víctora (2006) existem três operações principais no desenvolvimento do ato psicanalítico:

- a) a transferência, enquanto fator que possibilita o ato psicanalítico e vetor que conduz o sujeito do seu lugar original ao lugar do resto;
- b) a alienação do sujeito na neurose e com o reconhecimento do Isso (Id) como agente;
- c) a verdade, alcançada com a interpretação do inconsciente, no momento da retificação subjetiva e renúncia à condição de sujeito.

Pode-se dizer que o ato psicanalítico é um corte, ou, uma desconstrução, como diria Derrida, na qual seria possível uma pluralidade de interpretações sobre o sujeito em um mesmo nível de relevância, isto é, sem que uma interpretação se sobressaia sobre outra.

Lacan (1967) diz que se pode caminhar de um lado para o outro em uma sala sem que isto se constitua em um ato. Porém, no momento em que esse movimento ultrapassar o limite da Lei, essa motricidade ganhará valor de ato.

O autor pós-freudiano faz referência ao complexo de Édipo, entendido como a fase de estruturação dos sujeitos que ocorre na primeira infância e é responsável pelo corte na relação mãe/filho. Lacan discute este tema sob a ótica de uma metáfora intitulada de Nome-do-Pai, cujo termo estabelece o corte na relação do filho com sua mãe, estabelece a lei paterna, que é introjetada pela criança. Segundo Dor (1989, p.90): “Esta metaforização não é outra senão o ato mesmo da simbolização primordial da Lei, que se efetua na *substituição do significante fálico pelo significante Nome-do-Pai*”. Entende-se que se trata de uma metáfora elaborada pelo *infans*, que acontece no plano Simbólico e equivale à “simbolização primordial

da Lei”, ou seja, ao desenlace do complexo de Édipo. Resumindo, pode-se pensar que a imagem do pai (representante da lei e significante fálico) é substituída pelo seu próprio nome, originando a metáfora do Nome-do-Pai.

Esta passagem confirma a tese do ato psicanalítico como um momento de desconstituição do sujeito, tempo em o indivíduo se reencontrará com seus recalques – na maioria das vezes originados na primeira infância – e construirá novas interpretações para seus fenômenos psíquicos.

Realizado um breve recorte teórico sobre o ato psicanalítico, pretende-se agora identificar as implicações da utilização da noção de contexto, por parte do analista, para tal fenômeno. Com isso, será possível assinalar outros espaços de articulação entre a psicanálise e a semântica cognitiva.

Durante a prática clínica, nem todos os fenômenos em torno da linguagem, por exemplo, concorrem para o ato psicanalítico. Algumas vezes, determinados comportamentos até se opõem ao ato. Um exemplo é a transferência negativa, já relatada neste estudo, conceituada como um deslocamento de sentimentos hostis pelo paciente. Esse fenômeno é encarado por Freud e Lacan como uma resistência ao processo de interpretação em psicanálise.

A utilização da noção de contexto na prática clínica apresenta alguns pontos de convergência como os já destacados anteriormente; porém, no decorrer da próxima discussão serão apresentados alguns aspectos divergentes entre a noção de contexto e o ato psicanalítico. Porém, como já foi dito, as divergências apresentadas a seguir em nenhum momento desmerecem as convergências apontadas neste estudo. Entende-se que o ato psicanalítico é uma das últimas instâncias da análise, que só é alcançado porque ao longo desse processo, momentos de interpretação – muitas vezes conscientes – foram determinantes para o sujeito em análise.

Já foi dito que para Sperber e Wilson (2001), o falante que tem a intenção de ser interpretado corretamente pelo ouvinte, deve fornecer durante o ato de fala, o contexto que permita esta interpretação. Caso o contexto (neste caso compreendido pelo conhecimento mútuo) for diferente, a interpretação poderá ser equivocada.

Por outro lado, para a prática da psicanálise, o sujeito que possui intenção é colocado no plano consciente, diferentemente da que estabelece a regra fundamental da psicanálise, que é a associação livre, ou seja, a operação de trazer à tona os conteúdos inconscientes por meio do ato de falar aquilo que vier à mente, sem censuras ou repressões.

Essa idéia é reforçada pela teoria dos atos falhos, como no exemplo a seguir, em que uma jovem mãe de 22 anos era questionada sobre o fato de ter perdido a guarda de seu filho por ter sido flagrada consumindo drogas e por ter deixado seu filho sozinho em casa:

(25) “Eu perdi a guerra, mas não... quer dizer, eu perdi a batalha, mas não perdi a guerra”.

Embora a intenção da moça tenha sido dizer a frase de efeito corretamente, ela foi traída pelo seu inconsciente que já decretava como perdida esta questão.

O fato é que o interesse do psicanalista consiste nesse mais além da fala, ou, como neste caso, no ato falho propriamente dito. O objeto de estudo da psicanálise é o sujeito inconsciente e não o intencional. No exemplo dado, a frase “eu perdi a batalha, mas não perdi a guerra” pouco, ou nada significa para o analista. Seu foco está no erro, no ato falho, no equivocar-se da paciente. Quando ela se trai pelo inconsciente, isto é relevante para o processo de análise, e não a intenção do paciente.

Lacan (1986), no capítulo sugestivamente intitulado de “A verdade surge da equivocação” trata dessa questão de forma consistente ao afirmar que o erro pode ser o encontro para a verdade do sujeito. Diz o autor:

Nossos atos falhados são atos que são bem sucedidos, nossas palavras que tropeçam são palavras que confessam. Eles, elas, revelam uma verdade de detrás. No interior do que se chamam associações livres, imagens do sonho, sintomas, manifesta-se uma palavra que traz a verdade. (p.302)

Outro aspecto teórico apresentado na Teoria da Relevância que vai de encontro aos pressupostos psicanalíticos são as máximas de Grice estabelecidas no Princípio de Cooperação, citadas na página 32 desta dissertação.

As máximas estabelecidas pelo autor supra citado também divergem do conceito da regra fundamental da psicanálise: a associação livre. No momento em que o falante tem a preocupação em ser relevante, ser breve ou não dizer aquilo que acredita ser falso – três máximas do Princípio – ele atenta contra o princípio freudiano de dizer tudo aquilo que vem à mente, independente de achar certo, errado ou desnecessário.

Para melhor ilustração, serão apresentadas novamente as máximas, porém, desta vez, com comentários do autor sobre essa divergência teórica.

Máximas de quantidade

- I. Faça sua contribuição tão informativa quanto é requerido.
- II. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.

Sobre as máximas de quantidade, na clínica psicanalítica, apenas o que é requerido ao paciente é que ele fale, sem se preocupar com o conteúdo de sua fala (associação livre).

Máximas de qualidade

- I. Não diga aquilo que você acredita ser falso.
- II. Não diga aquilo para o qual você não dispõe de evidência adequada.

O fato de o falante possuir evidências daquilo que diz não é de interesse da psicanálise, pois o próprio criador do método entende que na regra fundamental deve-se assumir o compromisso de se abster de qualquer reflexão consciente e abandonar em um estado de tranqüila concentração, para seguir as idéias que espontaneamente (involuntariamente) ocorram (FREUD [1923-1925]).

Máxima de relação

- I. Seja relevante

A máxima de relação estabelecida por Grice afirma que o falante deve ser relevante em sua fala. Mais uma vez contra a regra da associação livre que segundo Freud ([1923-1925] 1996, p.219): “Deveriam comunicar essas idéias [as associações livres]⁵ ao médico, mesmo que sentissem objeções em fazê-lo; por exemplo, se os pensamentos parecessem desagradáveis, insensatos, muito sem importância ou irrelevantes demais”.

Máximas de modo

- I. Evite obscuridade de expressões.
- II. Evite ambigüidade.
- III. Seja breve.
- IV. Seja ordenado.

⁵ Inclusão do autor.

Com relação às máximas de modo, a obscuridade e a ambigüidade, erradicadas por Grice, são elementos importantes para a psicanálise, haja vista os registros sobre os lapsos de fala, como os atos falhos, já destacados neste estudo. Sobre a brevidade e a ordenação, Lacan (1998) relata sobre a característica atemporal do inconsciente pré-estabelecida por Freud e a questão do tempo lógico da prática clínica.

Quinet (1991) reforça a idéia lacaniana e estabelece cinco proposições sobre o tempo em psicanálise:

1ª proposição: o tempo deve corresponder à estrutura do campo freudiano, recorrendo aos pressupostos fundamentais da psicanálise;

2ª proposição: as sessões de análise se estabelecem num plano que não é o da burocracia, mas da lógica do inconsciente e da ética da psicanálise;

3ª proposição: as sessões encontram sua lógica em duas definições distintas. Uma a partir do significante (linguagem) e outra a partir do objeto a (exterior à linguagem);

4ª proposição: o tempo em análise deve ir contra o tempo do neurótico;

5ª proposição: cada sessão de análise contém o final da análise.

A respeito do conceito de relevância, também descrito por Sperber e Wilson na Teoria da Relevância, apresenta-se mais um impasse na aproximação com os conceitos oriundos da psicanálise.

Os autores supra citados entendem que a compreensão do discurso é obtida quando a mensagem alcança um certo nível de relevância para o ouvinte. Assim, a interpretação pode ser definida como a soma do contexto de fala com as experiências individuais e subjetivas dos interlocutores.

A Teoria da Relevância considera que o emissor fornece pistas de sua intencionalidade e que o receptor capta estas pistas, seleciona os aspectos relevantes (na concepção dele) e, por meio da inferência, estabelece o significado do discurso.

Na clínica psicanalítica, onde o analisante é o emissor e o analista é o ouvinte, não parece possível admitir esse tipo de relação, pois no momento em que o analista considera um determinado fragmento do discurso como relevante, está indo contra o princípio da atenção flutuante estabelecido por Freud, como já argumentado neste trabalho.

Vale lembrar que para Freud ([1911-1913] 1996, p.126): “Ao efetuar a seleção, se seguir suas expectativas, estará arriscado a nunca descobrir nada além do que já sabe; e, se seguir as inclinações, certamente falsificará o que possa perceber”.

Mais uma vez se cai na dicotomia da relação entre consciente e inconsciente, visto que o processo de inferência e relevância para o indivíduo é consciente, enquanto a técnica da

atenção uniformemente suspensa, indicada pelo pai da psicanálise é um processo de liberação do inconsciente do analista.

Entende-se que a noção de contexto, subsidiada pelas teorias da semântica cognitiva e pela perspectiva pragmática da Teoria da Relevância, pode ser utilizada pelo analista para servir de suporte a sua atividade clínica, porém, não fica identificado neste estudo qualquer tipo de implicação direta desta prática para o ato psicanalítico do paciente.

Entretanto, o autor deste estudo defende que o ato psicanalítico pode ser considerado como um estágio final do processo de análise, que só é alcançado na medida em que todas as relações estabelecidas anteriormente ao ato são vivenciadas. Em outras palavras, não se pretende fixar uma abordagem descritiva apontando momentos de convergência e divergência teórica, mas compreender que por se tratar de um processo, todas as etapas da análise – e aí se incluem os momentos em que o contexto parece um instrumento de valia para o analista – são fundamentais para seu desfecho.

No momento do ato psicanalítico, observando este fenômeno de forma isolada, fica evidenciado que questões de natureza consciente e intencional amparadas pela semântica e pela Teoria da Relevância, pouco ou nada contribuem para sua implicação. Mas, ao analisar a construção (ou desconstrução, pois se trata de abandonar a condição de sujeito) do processo de análise, percebe-se que inúmeras relações conscientes e intencionais fazem parte desse processo.

Miller (1987, p.22) afirma que:

Todo o mundo sabe que se deve estar de acordo para poder realizar uma controvérsia, e isso é o que faz com que os diálogos sejam tão difíceis. Deve-se estar de acordo em alguns pontos fundamentais para poder-se escutar mutuamente.

A escuta mútua a que o autor se refere pode ser compreendida pela noção de conhecimento compartilhado, já explicitado neste trabalho. Em determinados momentos da análise o diálogo vai se pautar pelo conhecimento mútuo entre o analista e o analisante e neste ponto, tem-se uma relação propriamente consciente que não causará impacto direto sobre o ato, mas essa relação contribuirá para o desenvolvimento da análise em seu contexto geral.

É impossível estabelecer uma relação entre inconscientes (o do analista e o do analisante) a todo o momento em uma análise. Movimentos conscientes são frequentes na clínica psicanalítica e é justamente nesses momentos em que a noção de contexto pode se fazer presente. Por exemplo, quando um paciente, deitado no divã relata que teve um sonho e

o analista o questiona sobre o conteúdo desse sonho, pode-se dizer que houve uma relação entre os inconscientes? Do ponto de vista do autor deste trabalho, não. Porém, todas essas passagens existentes na clínica podem concorrer para o ato psicanalítico. Ele só existe porque momentos conscientes e intencionais ocorreram durante a análise e são nesses momentos que a noção de contexto permeada pela Teoria da Relevância pode ser utilizada pela psicanálise.

3 CONCLUSÃO

Conclui-se com esta pesquisa que as aproximações entre psicanálise e semântica cognitiva a respeito do contexto são possíveis, visto que a revisão de literatura realizada sobre o assunto demonstrou conceitos semelhantes sobre o tema em estudo. Além disso, Thá (2001) já havia demonstrado uma interface entre a semântica formal e a psicanálise, o que abre precedentes para novas investidas na interlocução entre estas duas áreas do conhecimento.

Neste trabalho, partiu-se da descrição do método psicanalítico para delimitar os seus processos, tratando de sua abrangência, objeto de estudo, a interpretação dos fenômenos em psicanálise e, por fim, os registros lingüísticos encontrados nas obras de Freud e Lacan. Em seguida, discutiu-se acerca da semântica, observando seus conceitos fundamentais: o sentido, a referência e os casos de indeterminação semântica.

Posteriormente, discorreu-se acerca da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson, apontando seus pressupostos e a importância do contexto para esta tese, que aparece como elemento fundamental para a interpretação do discurso.

Foram apresentadas algumas aproximações entre a psicanálise e a semântica, acerca do contexto, segundo a perspectiva pragmática da Teoria de Relevância. Para isso, entre outras coisas, fez-se necessário identificar o papel do contexto para a semântica e para a psicanálise. Ao final da revisão de literatura foi aberto um espaço para uma discussão sobre a incidência da utilização da noção de contexto pelo analista no ato psicanalítico do paciente.

Desta forma, entende-se que as aproximações existentes entre psicanálise e semântica sobre o contexto fundamentam-se na Teoria da Relevância proposta por Sperber e Wilson, pois somente partindo de uma perspectiva pragmática que destaca o papel do contexto é que foi possível estabelecer algumas aproximações.

Tanto para a psicanálise, quanto para a semântica, o contexto desempenha o papel de estabelecer o sentido de uma fala nos casos em que este sentido não é visualizado observando-se apenas o discurso em si. Casos de indeterminação semântica, como a vagueza, foram alguns exemplos dados para fundamentar esta idéia.

Além do sentido, constatou-se que o contexto contribuirá para a identificação do significado em casos de ambigüidade lexical, de definição dos pressupostos e de fixação do aspecto emocional das palavras.

Outro ponto de concordância entre psicanálise e semântica é com relação ao fato de que não existe apenas um contexto, mas vários contextos que podem ser formados ao longo

de um discurso. Estes contextos são construídos com base no conhecimento compartilhado dos participantes do ato de comunicação.

O conhecimento compartilhado, como foi visto, faz com que o ouvinte compreenda a intenção do falante, pois conhece o contexto envolvido no discurso. Este conceito é aplicável em semântica, pela própria Teoria da Relevância e em psicanálise, no tocante ao manejo da transferência e aos atos interpretativos do analista. Caso este não compreenda a intenção do paciente, poderá se equivocar na interpretação feita, pois não haverá intersecção entre o contexto do analisante e o contexto do analista.

Vale salientar que, para afirmar isso, parte-se do pressuposto que nem toda a dinâmica da análise consiste em uma relação entre os inconscientes do analista e do paciente. Acredita-se que em determinados momentos do processo de análise existem discursos orientados pelo consciente. São exatamente esses discursos que podem ser estudados a partir da noção de contexto da semântica cognitiva.

Em relação à classificação dos contextos, apontados por Ullmann (1987) e Parret (1988), percebe-se que frequentemente a psicanálise utiliza os contextos de situação e existencial porque eles tratam das relações intrínsecas entre os sujeitos. A interpretação não é realizada simplesmente pela disposição das palavras, como no contexto verbal. Ela é baseada, dentre outras coisas, na relação intrínseca que é estabelecida pelos sujeitos do discurso, como seus papéis sociais e suas localizações espaço-temporais.

Esta pesquisa teve o seu objetivo atingido no momento em que conseguiu realizar aproximações entre psicanálise e semântica, acerca do contexto, segundo a perspectiva pragmática da Teoria da Relevância. Para isso, foram consultados diversos livros e artigos de eminentes autores da área e foram realizadas buscas incessantes em diferentes meios de comunicação a fim de pesquisar o referido tema.

Por outro lado, alguns pontos de divergência teórica foram detectados ao analisar as possíveis implicações da noção de contexto para o ato psicanalítico, visto que o modelo inferencial de Grice e a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson concebem o sujeito como psicológico, individual e dotado de intencionalidade.

Neste ponto, chega-se a uma antagônia, pois a psicanálise apresenta uma diferente visão de sujeito, na qual este é assujeitado ao seu inconsciente. Para a psicanálise, as intenções, muitas vezes, se apresentarão inconsistentes ou contraditórias devido aos mecanismos de defesa do indivíduo. Os atos falhos e os lapsos de fala – conceitos abordados nesta dissertação – evidenciam que a intencionalidade pode se mostrar contraditória com o desejo do sujeito.

É possível estabelecer, então, que o sujeito da psicanálise é o sujeito do inconsciente, enquanto que o sujeito da semântica – apoiada na tese da relevância, descrita por Sperber e Wilson – é o sujeito da intenção.

Desta forma, ao observar o ato psicanalítico como um fenômeno isolado dos demais processos de uma análise, pode-se dizer que não há encontro entre o que prega a Teoria da Relevância e o ato psicanalítico, pois na medida em que existe uma intenção por parte do falante (o consciente em questão), já não existe o desejo do sujeito (a liberação do inconsciente).

Do mesmo modo, a noção de relevância conceituada por Sperber e Wilson também contradiz a lógica da atenção flutuante por parte do analista, pois no momento em que se seleciona aquilo que é relevante, está-se sendo imparcial aos conteúdos manifestados pelo paciente.

Assim sendo, conclui-se que apesar de o psicanalista utilizar a noção de contexto, tal qual descrita pela semântica cognitiva e pela pragmática, para fundamentar sua prática, é questionável sua implicação direta para o ato psicanalítico do paciente.

Porém, mais uma vez se ressalta que, apesar de a aproximação teórica entre psicanálise e semântica parecer impossível no momento do ato, ela é possível em outros estágios da análise e, de uma forma ou de outra, esses estágios são fundamentais para que ao longo do processo. Conclui-se, portanto, que as aproximações teóricas entre psicanálise e semântica sobre a noção de contexto são possíveis nos momentos em que existe uma relação consciente sendo estabelecida no processo psicanalítico.

Sabe-se que o conhecimento é inesgotável e para que este ensaio tenha validade ao longo dos anos, é preciso atualizá-lo com pesquisas mais aprofundadas sobre os temas debatidos. Além disso, sugerem-se pesquisas de campo que colem dados empíricos sobre o assunto para embasar ainda mais a teoria apresentada.

Fica, por fim, o desejo de que esta obra seja mais uma parte de um quebra-cabeça que se monta com o auxílio de diversas áreas do conhecimento capazes de dialogar entre si e que visam a compreensão daquilo que se entende por condição humana.

REFERÊNCIAS

- BUVAC, S. (1995) Resolving lexical ambiguity using a formal theory of context. In: DEEMTER, K.V.; PETERS, S. **Semantic ambiguity and underspecification**. California: CSLI Publications, 1996. p. 101-124.
- DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- DOSSE, F. **História do estruturalismo: o campo do signo 1945-1966**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Atlas, 1993.
- FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FREUD, S. (1914-1916) A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos. In: SALOMÃO, J. (dir.). **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v.14. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1900-1901) A interpretação dos sonhos (II) e Sobre os sonhos. In: SALOMÃO, J. (dir.). **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v.5. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1893-1895) Estudos sobre a histeria. Josef Breuer e Sigmund Freud. In: SALOMÃO, J. (dir.). **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v.2. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1923-1925) O ego e o id e outros trabalhos. In: SALOMÃO, J. (dir.). **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v.19. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1911-1913) O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos. In: SALOMÃO, J. (dir.). **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v.12. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. Publicações Pré-Psicanalíticas e Esboços Inéditos. (1886-1889). In: SALOMÃO, J. (dir.). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. v.1. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1901-1905) Um caso de histeria. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. In: SALOMÃO, J. (dir.). **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v.7. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. (1925-1926) Um Estudo Autobiográfico. In: SALOMÃO, J. (dir.). **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v.20. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GARCIA-ROZA, L.A. **Freud e o inconsciente**. 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GIANESI, A.P.L. Psicanálise e pesquisa. **Psicologia USP**, São Paulo, vol. 15, no. 1-2, 2004, p.169-182.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIRAUD, P. **A semântica**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975.

ILARI, R. O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A.C. **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. 2.ed. Volume 3. São Paulo: Cortez, 2005.

_____.; GERALDI, J.W. **Semântica**. 10.ed. São Paulo: Ática, 1999.

JUNQUEIRA, M.H.R. Mais além da linguagem. **Semiosfera**: revista de comunicação e cultura. Rio de Janeiro, ano 3, n. 4-5, Julho de 2003. Disponível em: http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/antiores/semiosfera45/conteudo_imag_mhjunqueira.htm Acesso em: 21 de setembro de 2006.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **O seminário**. As psicoses. Livro 3. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985 (a).

_____. **O seminário**. O ato psicanalítico. Livro 15. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967. Disponível em: www.freud-lacan.com . Acesso em 16 de Maio de 2007.

_____. **O seminário**. O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Livro 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985 (b).

_____. **O seminário**. Os escritos técnicos de Freud. 3.ed. Livro 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. **O seminário**. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Livro 11. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.B. **Vocabulário da psicanálise**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LONGO, L. **Linguagem e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LOPES DA SILVA, F.L. **Adolescência**: modernidade. 1999. Tese (Doutorado em Lingüística) – UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MILLER, J.A. **Percorso de Lacan**: uma introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

MOURA. H.M.M. **Significação e contexto**: uma introdução a questões de semântica e pragmática. 2.ed. Florianópolis, Insular, 2000.

NASIO, J.D. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

OLIVEIRA, R.P. Semântica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Lingüística**: domínios e fronteiras. Vol.2. São Paulo: Cortez, 2001.

PARRET, H. **Enunciação e pragmática**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

QUINET, A. **As 4 + 1 condições de análise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

ROSSA, L.P. **Indeterminação semântica**: ambigüidade, vagueza e polissemia na teoria da relevância. 2001. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SANTOS, T.C. Da lógica da fantasia à finalidade do ato psicanalítico. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, n.28, p.155-164, 1995.

SCHULTZ, D.P.; SCHULTZ, S.E. **História da Psicologia Moderna**. 10.ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

SILVA, D.E.G. da. Motivações cognitivas e interacionais em competição: a força das palavras em contexto. **DELTA**, São Paulo, v. 21, n. spe, 2005, p.93-103.

SILVEIRA, J.R.C.; FELTES, H.P.M. **Pragmática e cognição**: a textualidade pela relevância e outros ensaios. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

SPENCE, D.P. **A metáfora freudiana**. Para uma mudança paradigmática na psicanálise. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevância**: comunicação e cognição. Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2001.

_____. Teoria da relevância. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, vol.5, número especial. 2005.

SURDI, M.N. **Para que serve uma comparação afinal?** Uma proposta semântica para a análise da comparação. 1998. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

THÁ, F. **Uma semântica para o ato falho**. São Paulo: Annablume, 2001.

ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

VAN DIJK, T.A. Algunos principios de la teoria del contexto. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, (1) Venezuela: Editorial Latina, 2001, p.69-81.

_____. **Text and context**: explorations in the semantics and pragmatics of discourse. New York: Longman, 1977.

VÍCTORA, L.G. A lógica do ato psicanalítico. **C. da APPOA**. Porto Alegre, n.149, Agosto de 2006.

ZHANG, Q. Fuzziness – vagueness – generality – ambiguity. **Journal of Pragmatics**. Amsterdam, vol.29. n.1. January, 1998, p. 13-31.